

Revista 
Aeronáutica

2010

Número 272



Clube de Aeronáutica



Seu EVENTO – Sonho Real

- Alto Estilo e Requite
- Localização privilegiada
- Completa infraestrutura
- Salões climatizados
- Estacionamento com manobrista

VENHA NOS VISITAR!

Departamento de Eventos

Tels.: 2210-3212 ramal 242

ou 2215-2681

7820-4506 (ID: 8*5401)

saborfesta@terra.com.br



Presidente

Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista

1º Vice-Presidente

Maj Brig Ar Márcio Callafange

2º Vice-Presidente

Brig Ar Guilherme Sarmiento Sperry

3º Vice-Presidente

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Assessor Especial da Presidência

Brig Int Hélio Gonçalves



Expediente

Mai./Jun./Jul.

2010



www.caer.org.br
revista@caer.org.br

DEPARTAMENTOS

Cultural

Cel Av Araken Hipólito da Costa

Administrativo

Cel Av Nylson de Queiroz Gardel

Financeiro

Cel Int Júlio Sérgio Kistemarcher do Nascimento

Patrimonial

Cap Adm Ivan Alves Moreira

Aerodesportivo

Cel Av José de Faria Pereira Sobrinho

Desportivo

Ten Cel Av Antonio Vianna Jordão

Beneficente

Cel Av Nylson de Queiroz Gardel

Jurídico

Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

SUPERINTENDÊNCIAS

Sede Social

Brig Ar Guilherme Sarmiento Sperry

Sede da Barra da Tijuca

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Adjunto da Administração

Cel Av Pedro Bittencourt de Almeida

Sede Lacustre

1º Ten QOE Sebastião José Ferreira

Secretaria Geral

Cap Adm Ivan Alves Moreira

CHICAER

Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista

Expediente do CAER (Sede Social)

Dias: 3ª a 6ª feira

Horário: 9h às 12h e 13h às 17h

Sede Social

Praça Marechal Âncora, 15

CEP 20021-200 - Rio de Janeiro - RJ

• Tel.: (21) 2210-3212

• Fax: (21) 2220-8444

Sede da Barra da Tijuca

Rua Raquel de Queiroz, s/nº

CEP 22793-710 - Rio de Janeiro - RJ

• Tel.: (21) 3325-2681

Sede Lacustre

Estrada da Figueira, nº 1

CEP 28930-000 - Arraial do Cabo - RJ

• Tel.: (22) 2662-1510

• Fax: (22) 2662-1049

Presidente do Conselho Deliberativo

Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa

Presidente do Conselho Fiscal

Brig Int João Carlos Fernandes Cardoso

REVISTA DO CLUBE DE AERONÁUTICA

Tel./Fax: (21) 2220-3691

Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipólito da Costa

Jornalista Responsável

J. Marcos Montebello

Produção Editorial e Design Gráfico

Rosana Guter Nogueira

Produção Gráfica

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Revisão

Paulo Raimundo Pereira Santos

Secretária de Redação

Luciene Ribeiro

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.



Índice

- 5 SAUDAÇÃO DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA**
Ten Brig Ar Juniti Saito
- 6 ASSEMBLÉIA GERAL DO CLUBE DE AERONÁUTICA**
Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista
- 8 AERONOTÍCIAS**
A Redação
- 12 POLÍTICAS SOCIAIS**
Marco Maciel
Senador
- 14 A CULTURA POPULAR E O CARÁTER NACIONAL**
Frederico José Bérnago de Andrade
Cel Art
- 16 A PROBLEMÁTICA COLOMBIANA E SEU DESDOBRAMENTO**
Manuel Cambeses Júnior
Cel Av
- 18 O EQUÍVOCO DE ISRAEL**
Reis Friede
Desembargador Federal e Professor
- 20 CORAGEM INTELLECTUAL**
Araken Hipólito da Costa
Cel Av
- 22 O GOVERNO DA CHAMADA REVOLUÇÃO E A IGREJA**
D. Odílio Moura
O. S. B.
- 26 QUE PAÍS É ESSE?**
João Victorino
Jornalista
- 28 PROIBIDO, PERMITIDO, OBRIGATÓRIO**
Oney Carlos Xavier
Ten Cel Int
- 30 CIDADANIA**
Paulo de Paula Mesiano
CMG AvN
- 33 COERÊNCIAS E INCOERÊNCIAS (II)**
Raul Galbarro Vianna
Cel Av
- 36 BAC ONE ELEVEN**
O PRECURSOR DA AVIAÇÃO MILITAR DE TRANSPORTE À JATO
Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota
- 38 A MÃE QUE ENSINAVA O FILHO A VOAR**
Ivan Von Trompowsky Douat Taulois
Cel Av
- 40 UMA CENA CHOCANTE**
Ten Brig Ar Sérgio Pedro Bambini
- 42 EU SEI QUEM É O CARA...**
Reinaldo Peixe Lima
Cel Av
- 44 SURREALISMO**
A TRAGÉDIA NO ESPAÇO SIDERAL E OS LUNÁTICOS NA TERRA
Bruno Pedra
Cap Av
- 46 SÍNDROME DO PÂNICO**
UMA VIAGEM INESQUECÍVEL
Verônica Maria Beviláqua Mendes
Graduada em Letras
- 48 O EXÉRCITO E A MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL**
Manoel Soriano Neto
Cel Inf Ex

PASSAGEM DE PRESIDÊNCIA DO CLUBE DE AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO SAUDAÇÃO DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA

Rio de Janeiro, 8 de julho de 2010.

Estreitar os laços de união e solidariedade significa aperfeiçoar o espírito humano, permitindo a execução das mais complexas atividades, com inabalável coragem, atitude e nobreza de interesses, atributos fundamentais para o engrandecimento de uma Instituição.

Tais valores, magistralmente vislumbrados pelos saudosos fundadores do Clube de Aeronáutica, compõem a inspiração dos dirigentes desta valorosa agremiação, ao longo dos seus mais de sessenta e três anos de vida, origem de essenciais contribuições proporcionadas à Força Aérea Brasileira.

Eis por que, esta casa é considerada palco de inovadoras e profícuas discussões, exercendo um papel de lídimo disseminador de ideias e sustentáculo de ações que norteiam e incentivam as novas gerações.

Ao longo dos últimos dois anos, coube a uma plêiade de empreendedores, composta pelos Vice-Presidentes, membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e Diretores, sob a liderança do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Carlos de Almeida Baptista, manter viva a chama dos nossos precursores, ao conduzir, com invulgar habilidade, as atividades deste verdadeiro complexo de cultura, que reúne história, pensamento criativo, arte, diversão e amizade.

O filósofo grego, Aristóteles, um dos maiores pensadores de todos os tempos, afirmou que nós somos aquilo que fazemos repetidamente. Excelência, portanto, não é um modo de agir, mas um hábito.

Tenente-Brigadeiro Baptista, caro amigo,

Esse profícuo período em que vossa excelência esteve na Presidência do Clube, serviu para assegurar essa verdade aristotélica, por meio da habitual maestria com que continua a desempenhar suas funções, desde a Presidência da Sociedade Acadêmica da Escola Preparatória de Cadetes do Ar, em 1949, passando pelo Comando da Aeronáutica e tantos outros cargos e relevantes missões, até os dias de hoje.

Aproveito o ensejo para ratificar minha admiração e confiança em seus atos, justificada pela rara destreza e denodo com que sempre os conduz, e manifestar a tranquilidade em saber que, por mais dois anos, seremos presenteados com ações convergentes aos interesses dos associados e ao legítimo papel do clube no âmbito da família aeronáutica.

Nesta ocasião, na qual, em sessão solene, é confirmado mais um mandato da Presidência do Clube de Aeronáutica, formulo votos de continuado sucesso ao seu presidente, ao corpo de diretores, funcionários e associados.

Quero, neste momento, agradecer de forma sincera e emocionada, o carinho da minha inclusão no restrito quadro dos sócios Beneméritos desta associação, compartilhando com todos os senhores e as senhoras, o incontido júbilo de ser agraciado com a mais alta honraria concedida pelo Conselho, e poder conviver com tantos e distintos amigos.

Que Deus continue iluminando seus caminhos com a mesma luz que os trouxe até este inesquecível dia, assegurando um porvir repleto de vitórias e realizações para o engrandecimento da Força Aérea Brasileira.

Muito obrigado a todos.

Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito
Comandante da Aeronáutica



ASSEMBLÉIA GERAL

Tomou posse no dia 8 de julho, em Assembléia Solene, a administração do **Clube de Aeronáutica** para o biênio 2010/2012, quando foram empossados os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e a Diretoria Executiva que ficou assim constituída: Presidente (reconduzido), o Ten Brig Ar Carlos de Almeida BAPTISTA; 1º Vice-Presidente, Maj Brig Ar Márcio CALLAFANGE; 2º Vice-Presidente, o Brig Ar Guilherme Sarmento SPERRY e 3º Vice-Presidente, Brig Ar PAULO Roberto de Oliveira Pereira.

Associados e convidados prestigiaram a solenidade que contou com a presença do Comandante da Aeronáutica, Ten Brig Ar Juniti SAITO e de membros do Alto Comando da Força Aérea. O Ten Brig Ar Saito assinou com o Presidente do CAER, o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso da Sede Barra, legalizando-se a utilização daquela área pelo Clube, concretizando justa reivindicação das Diretorias do Clube de Aeronáutica, desde 1982.

Na ocasião, foi outorgado ao Ten Brig Ar Saito, o título de Sócio Benemérito, entregue pelo Ten Brig Ar Lacerda, Presidente da Assembléia.

O Ten Brig Ar Baptista, agradeceu à seus diretores e colaboradores e especialmente ao Comandante da Aeronáutica pelo apoio dispensado. Lançou o desafio de trazer novamente para o quadro social a oficialidade da FAB da ativa e da reserva, afastada do CAER, para participarem ativamente do seu Clube. A seguir, o discurso na íntegra.

“Dois anos passaram rápido demais! Tenho notado que nesta quadra da vida em que me encontro o futuro tem chegado de repente demais. Parece que foi ontem que aqui estávamos iniciando difícil missão, felizmente amenizada pela ação vigorosa do meu antecessor, ao superar uma complicada questão judicial que ameaçava a sobrevivência do Clube. Conte lá, como conto agora, com a presença do nosso Comandante, Ten Brig Ar Juniti Saito, que nos dispensou extraordinário apoio no período administrativo que ora encerramos. Cumpro o dever de revelar que se não fosse esse apoio nossa missão não teria sido cumprida com o sucesso apontado nas apreciações realizadas pelos nossos Conselhos, Deliberativo e Fiscal.

Como pôde alguém, impedido, no cargo que exerce, de prover apoio a esta associação, ter feito o que fez? Sou-lhe muito grato, Brig Saito, por ter orientado e estimulado pessoas e organizações a, legalmente, proverem tais apoios. O título de Sócio Benemérito que V. Exa. vai receber, daqui a pouco, das mãos do Ten Brig Lacerda, Presidente do Conselho Deliberativo, lhe é concedido por inteiro dever de justiça. Não conheço, na história deste Clube, alguém a quem o quadro social fica tanto a dever.

O prestígio da sua presença ao pernoitar no nosso modesto hotel,

declinando da acolhedora casa de Comando na Base Aérea do Galeão, foi outra prova de apreço e particular estima por esta Instituição e pelo velho companheiro de tantas lides e de tantas inesquecíveis aventuras. O ato que está programado, a seguir, é bem representativo do que estou revelando nesta Assembléia Solene. A Concessão de Direito Real de Uso que assinaremos os dois, por um período de 30 anos, da área da Barra da Tijuca, onde estamos, em situação precária desde 1982, é a concretização de um velho sonho acalentado por tantos anos, nas administrações que passaram. A administração do Centro de Convenções, em Salvador, que V. Exa. nos concederá, projetando-nos para fora do Rio de Janeiro, caminha para ser o ato derradeiro da sequência de generosidades que nos concedeu no seu período de comandamento da Aeronáutica. Obrigado por tudo, prezado amigo. Nosso Clube não o decepcionará jamais.

Senhores membros da nova administração para o biênio que se inicia.

Acabamos de nos comprometer com o destino deste Clube, por mais dois anos. Estou acompanhado, quase que na totalidade, pelos mesmos companheiros da primeira jornada. Lamento a ausência do 1º Vice-Presidente, Brig Hélio Gonçalves, recém-eleito para a presidência da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Agradeço pela sua eficiente participação e pela segurança que o seu tino gerencial emprestou a esta Presidência. Espero continuar contando com a sua ocasional assessoria e aconselhamento.

Olho e vejo essa tripulação que me acompanha, do alto dos nossos 70 anos, em média, os mesmos que se dedicam, há muitos anos a fazer do Clube de Aeronáutica, alinhado com os demais Clubes Naval e Militar, “um espaço de lutas e reivindicações constantes, onde seus líderes buscam com energia os interesses coletivos e individuais da classe”!. (Trecho extraído de “A importância Política dos Clubes Militares”, do Cel Av Paulo Fernandes da Silva, publicado na Revista Aeronáutica, nº 270). Estamos todos impregnados do mesmo sentimento que nos conduziu, jovens Aspirantes, a obter nossa carteira de associados. Somos uma associação política, sim, nada parecido com Sindicato. Quando os fundadores aqui se reuniram, pela primeira vez, não pensaram em prover apenas meios de recreação ou de conagração social, o que já existia nas Bases em que serviam. Procurava-se, como agora, respeitando o canal de comando e a liderança maior do chefe, membro da equipe governamental, dizer da insatisfação com o rumo dos problemas nacionais e, em especial, dos que afetavam o cumprimento da missão militar. Da insatisfação com a corrupção cada vez mais arrojada em todos os níveis do poder público deste País. Com a exuberância de partidos políticos no cenário nacional, proporcionando a venda de votos e agora do tempo na televisão.

Seguindo os exemplos dos nossos fundadores, temos os Clubes Militares irmanados, nos posicionando em questões relevantes como, por exemplo, o apoio na questão das fichas limpas.

Em questões salariais estamos nos movimentando na direção de obter a atenção de todas as autoridades para o disparate salarial que nos deixa atrás de classes que, constitucionalmente, não poderiam receber melhores salários que as Forças singulares.

Nossa revista tem canalizado, igualmente, o desencanto do quadro social com o momento político atual.

Nosso Clube não pode ser comparado com o Clube de Brasília, com o do Galeão ou da Guarnição dos Afonsos. Tenho esperança

Clube de Aeronáutica

de nestes dois próximos anos conseguir a adesão maciça da nossa oficialidade, que não pode estar tão alienada, assim, dos problemas nacionais e locais que ameaçam o futuro da nossa nacionalidade. Precisamos do apoio e do prestígio deles traduzidos em ingresso no quadro social. O motivo mais forte terá de ser a compreensão das idéias que levaram Generais, Almirantes e Brigadeiros, no passado, a fundarem estas casas de recreação, mas acima de tudo, casas de cidadania. Este Clube, até poucos anos atrás, era presidido pelo Oficial General da ativa mais antigo da área do Rio de Janeiro. Estes Presidentes constituíam suas administrações com vários oficiais da ativa. Este Clube foi penalizado com a obrigação de arcar com o custo do insucesso de sua Carteira Hipotecária e Imobiliária num último empreendimento, vítima, especialmente, dos problemas gerados por descontrolado nacional dos preços e gastos, com uma inflação que corroía os recursos e as poupanças de todos nós. Esta Carteira proporcionou moradias para nossa gente como o “Selva de Pedra”, o “Mandala”, o “Portal do Bosque”, o empreendimento “Saens Peña” e outros. A ela, muitos de nós devem a posse, desde cedo, de suas casas próprias. Muitos de nós conquistamos o primeiro carro graças à nossa COOPCAR, cooperativa de carros.

Não creio que se deva pensar em reativar este departamento, pela mínima possibilidade de competir com a CFAER e a POUPEX, ambas atuando no mercado com formidável êxito e especial atenção no atendimento dos nossos sonhos.

Temos a oferecer à juventude a tribuna em defesa da ética, da moral, da ordem e do progresso da nação e do nosso povo, bem como da sobrevivência condigna da classe militar.

Apesar da crise, conseguimos manter um invejável patrimônio constituído de três sedes paradisíacas que, tão logo modernizadas e incrementadas, poderão atrair a atenção dos sócios residentes fora do estado.

Estamos felizes por receber a cada mês mais associados civis,

que descobrem o prazer de poder usufruir das facilidades que nós oferecemos. Agora, com a concessão formal da área da Barra, investimentos serão para lá direcionados, especialmente na construção de um hotel, que é o que falta para transformar essa sede numa das mais completas em termos de lazer e recreação.

Comecei, neste momento, uma nova campanha visando conquistar a oficialidade da ativa da Força. Esta entidade, civil e sem fins lucrativos, de utilidade pública reconhecida por lei municipal, desde os primórdios é “comandada” por oficiais de carreira da Aeronáutica, os que votam e são votados, os que serão responsáveis pelo seu futuro ou pela sua desativação.

Brig Saito, lembro-me de quando ocupei sua cadeira e deparei-me com a metade das aeronaves indisponíveis e muitas severamente canibalizadas. Ao final de três anos desocupeei a cadeira com o mesmo número, mas senti-me vitorioso por ter impedido a progressão dessa situação. Hoje, aqui neste Clube, sinto-me em situação parecida, tendo conseguido que o número de associados permanecesse sem deserções no quadro de sócios efetivos. V. Exa., neste aspecto, também tentou ajudar, motivo pelo qual também lhe sou muito grato.

Sejam minhas derradeiras palavras destinadas a enaltecer a profícua administração de V. Exa. a frente da nossa Aeronáutica, e em especial da nossa querida Força Aérea Brasileira. Sabedor das grandes dificuldades em obter o orçamento adequado para cumprir tantas responsabilidades, administrativas, operacionais e sociais em proveito do nosso povo, não há como não reconhecer a excepcional apresentação das nossas organizações, a qualidade cada vez mais aperfeiçoada dos nossos sistemas e a excepcional qualificação do pessoal que nos sucedeu. Agradeço pelo prestígio de sua presença e de todos os que vieram compartilhar comigo este início de uma derradeira missão. ”

Ten Brig Ar Carlos de Almeida BAPTISTA
Presidente do Clube de Aeronáutica



Composição da Mesa Diretora. Da esquerda para a direita, Alm Ricardo Antônio da Veiga Cabral, Ten Brig Ar Octávio Júlio Moreira Lima, Ten Brig Ar Juniti Saito, Ten Brig Ar João Felipe Sampaio de Lacerda Júnior, Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista, Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa, Gen Ex Renato César Tibau da Costa



O Comandante da Aeronáutica Ten Brig Ar Juniti Saito e o Presidente do CAER Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista assinam o **Contrato de Concessão de Direito Real de Uso da Sede da Barra**



Vista superior do salão do INCAER, da seleta e maciça presença à posse do Presidente, bem como dos membros que compuseram a Mesa Solene



Flagrante descontraído do coquetel em ambiente de bela decoração, após a posse da nova administração do CAER

NOTÍCIAS DEPAER (Departamento Aerodesportivo)



● O Clube de Aeronáutica apresentou à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), toda a documentação necessária ao cadastramento da Escola de Ultraleves, sob a responsabilidade do Departamento Aerodesportivo, onde são formados nossos pilotos de desporto (CPD) e de recreio (CPR).

● A SKIDIVE vem mantendo sua atividade com ótimo aproveitamento, realizando saltos de paraquedismo, em coordenação com o setor de Operações do DEPAER. Aviões, trikes e paraquedistas têm, ordenadamente e com segurança, cruzado o céu sobre a nossa Sede da Barra da Tijuca.

● Após décadas, reativamos no dia 6 de maio, um anemômetro, com o prestimoso auxílio de Parque de Material Eletrônico

da Aeronáutica (PAME), através do Ten Cel Dittz. Os Sargentos Flávio e Rangel instalaram o equipamento no topo de nosso hangar, com painel indicador de direção e velocidade do vento, na Sala de Operações.

● O Clube de Aeronáutica, através de seu Departamento Aerodesportivo (Depaer), participou das comemorações do aniversário do Museu Aeroespacial (MUSAL), realizando uma revoada com 13 aeronaves ultraleves, decolando do sítio de voo do CAER/Barra, pousando no Campo dos Afonsos. A equipe de ultraleve do CAER/Barra visitou o acervo do MUSAL e participou do coquetel oferecido pela direção daquele museu, na companhia do Ten Brig Ar Vilarinho.

CAER

AERONOTÍCIAS

FESTA DA CAÇA NO CENTENÁRIO DO BRIGADÉIRO NERO MOURA

Um grupo de civis e militares, membros do Grupo de Estudos e de frequentadores do Curso do Pensamento Brasileiro, tendo à frente o presidente do Clube de Aeronáutica (CAER), Ten Brig Ar Carlos de Almeida BAPTISTA, e conduzidos pelo Diretor do Departamento Cultural do CAER, Cel Av Araken Hipólito da Costa, participaram das comemorações do Dia da Aviação de Caça, em 22 de abril, na Base Aérea de Santa Cruz. A solenidade, neste ano, se revestiu de especial importância, pela comemoração do centenário de nascimento do Brigadeiro Nero Moura, Patrono da Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB) e a entrega, pelo Comandante da Aeronáutica, Ten Brig Ar Juniti SAITO, da recém criada medalha Mérito Operacional Brigadeiro Nero Moura, na presença do Alto Comando da FAB.

Na ordem do dia alusiva ao Dia da Aviação de Caça, neste 22 de abril, o Ten Brig Ar Gilberto Antonio Saboya BURNIER, Comandante-Geral de Operações Aéreas (COMGAR) destacou o significado da data, citando “o auge das missões do Esquadrão ‘Senta a Púa’ em 22 de abril de 1945 quando, ao final daquele dia, o Primeiro Grupo de Caça voou quarenta e quatro missões. Foi realizado o maior número de missões de combate, sendo por isso, o 22 de abril escolhido para comemorar o Dia da Aviação de Caça”. E, concluiu: “Após sessenta e cinco anos daquele dia glorioso nos céus da Itália, os ideais que empolgaram seus integrantes permanecem nos homens que voam e fazem voar os caças da Força Aérea Brasileira. Na superioridade aérea, no ataque, na defesa aérea ou no adestramento das equipagens, o piloto de caça de hoje mantém o mesmo espírito combatente de nossos gloriosos pilotos do Primeiro Grupo de Caça, mostrados

nos campos da Itália durante a segunda guerra mundial, onde dedicaram suas vidas em prol da operacionalidade da Força Aérea Brasileira e da nossa pátria.”

Na Festa da Caça em 2010, aviadores veteranos da Força Aérea Brasileira que atuaram na Segunda Guerra Mundial receberam a medalha Mérito Operacional Brigadeiro Nero Moura, criada neste ano para celebrar o centenário de nascimento do Patrono da Aviação de Caça e enaltecer a figura do líder e do Comandante operacional da FAB, além de ser uma distinção concedida aos comandantes de Unidade Aérea, pela conduta em prol da operacionalidade.

Os primeiros agraciados com a medalha Mérito Brigadeiro Nero Moura, foram os pilotos veteranos do 1º Grupo de Aviação de Caça, Maj Brig Ar RUI Barbosa Moreira Lima, o Maj Brig Ar José Rebelo MEIRA de Vasconcelos e o Maj Brig Ar José Carlos de MIRANDA Corrêa. A filha do Patrono da Aviação de Caça, Leonor Maria Moura, recebeu a condecoração *post mortem*, concedida ao pai. Treze comandantes de unidades da Terceira Força Aérea (III FAE) foram agraciados com a medalha.

Como parte da programação foi promovido o encontro de gerações de caçadores, na Reunião da Aviação de Caça (RAC)/2010. Os integrantes dos 11 esquadrões de caça da FAB, já exibiam no dia 22/4, o novo cachecol de voo, entregue pelo Comandante da III FAE, Maj Brig Ar Antonio Carlos Moretti BERMUDEZ. Padrão entre os caçadores, o novo cachecol é semelhante ao distintivo usado nos macacões de voo. A faixa de tecido azul tem a figura do Patrono da Aviação de Caça, Brig Nero Moura e trechos da canção Carnaval em Veneza, Hino da Aviação de Caça.



O Ten Brig Ar Saito, Cmt da Aeronáutica, Oficiais Gerais do Alto Comando, o Ten Brig Ar Baptista e demais convidados

O Comandante da Aeronáutica Ten Brig Ar Juniti Saito entre os Veteranos do 1º CAC

TURMA ASPIRANTES DE 54



Na inauguração da Placa Comemorativa de sua Turma, os Aspirantes de 54, no Deck das Turmas do Clube de Aeronáutica

RÁDIO FORÇA AÉREA: O SUCESSO ÉSTÁ NO AR



A onda invisível se fez forte e a Rádio Força Aérea está no ar há mais de um ano, desde 29 de maio de 2009, por ocasião do 39º aniversário do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER). As asas que protegem o País ganharam voz

através da ZYS 880 Rádio Força Aérea FM 91,1 Mhz, Brasília, Distrito Federal e para todo o Brasil e o mundo, por meio do portal de internet do Comando da Aeronáutica, www.fab.mil.br.

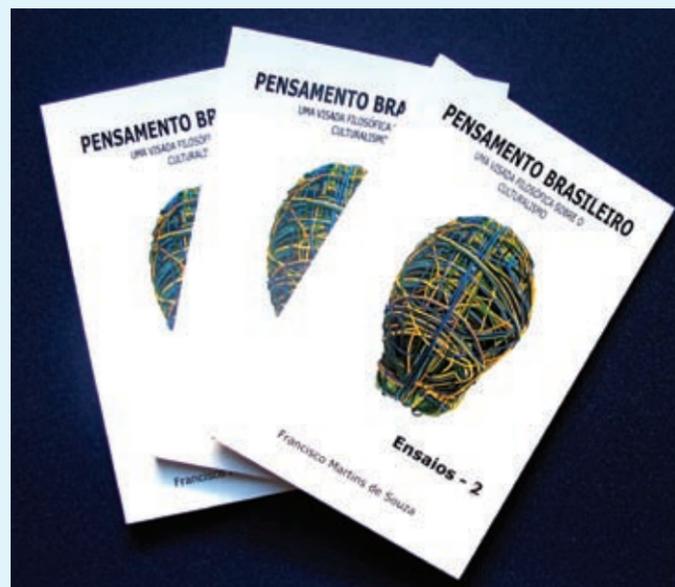
Na inauguração da emissora da Aeronáutica, em 2009, o então Chefe do CECOMSAER, Brig Ar Antonio Carlos Moretti BERMUDEZ (atual Comandante da Terceira Força Aérea – III FAE), declarou que “as asas que protegem o País ganharam voz” e realçou a importância do alcance e da penetração das ondas da nova rádio, em chegar a cidadãos de diferentes localidades e necessidades, atendidas por missões que a FAB realiza pelo Brasil e os seus desafios diários para proteger o espaço aéreo brasileiro.

A partir de sua decolagem, o posicionamento da marca Rádio Força Aérea tem se fortalecido na mentes dos ouvintes, moradores de Brasília e dos internautas, rompendo a barreira do som através da divulgação boca-a-boca. Quem sintoniza, ouve e logo se fideliza ao novo som que transmite em FM e na web, uma programação diversificada, que inclui o melhor da música de todos os tempos e muita informação. A emissora estabelece um canal direto entre a Força Aérea Brasileira e aqueles a quem ela protege: os cidadãos do nosso País.

O CECOMSAER expandindo a operação da emissora do Comando da Aeronáutica, passou a retransmitir a programação da Rádio Força Aérea, na região da Tríplíce Fronteira, em Foz do Iguaçu, Paraná, desde o dia 3 de maio, na frequência modulada, FM 90,1 Mhz, valorizando a nossa cultura e a nossa língua, ainda sob a Chefia do Cel Av Jorge Antônio Araújo AMARAL, que passou o cargo recentemente, para o Cel Av Marcelo Kanitz DAMASCENO.

A canção “Aqui é o meu país”, de Ivan Lins, a primeira música executada pela emissora da FAB, traduz e sintetiza os caminhos da emissora: “Nas trilhas, estradas e veias que vão, do céu ao coração”.

Departamento



ENSAIOS 2

DO PENSAMENTO BRASILEIRO

No mês de junho de 2010, houve o lançamento do compêndio **Ensaio – 2 – Pensamento Brasileiro – uma visada filosófica sobre o culturalismo**.

Esta edição, com 106 páginas, originário dos trabalhos do Grupo de Estudos, composto por 21 membros pesquisadores constituído pelo Departamento Cultural do Clube de Aeronáutica e produzido pelo eminente Professor Doutor Francisco Martins de Souza fundador e Vice-Presidente da Academia Brasileira de Filosofia, contém uma parte filosófica do Pensamento Brasileiro.

Suas raízes, a partir do Marquês de Pombal, fundamentou o Saber Científico nas Novas Terras Brasileiras, sedimentando a Unidade do Território Nacional, mais a manutenção da Língua portuguesa e a União das Raças.

Foi a partir dessas premissas que nasceu, no Brasil o Culturalismo, iniciando-se com Tobias Barreto, na Escola de Recife, entendendo-se o termo como o desenvolvimento do homem por meio da cultura. A forma correta de entrelaçar os elos do Mundo Moral e do Mundo Científico.

O valor do Ensaio – 2 é de R\$10,00. Para comprá-lo, entre em contato com o Departamento Cultural via e-mail: cultural@caer.org.br.

Cultural

CURSO DO PENSAMENTO BRASILEIRO

Publicamos a PROGRAMAÇÃO do segundo semestre letivo para o conhecimento de nossos companheiros(as), bem como para todos aqueles que estiverem interessados em ingressar no citado Curso, cuja inscrição deverá ser feita por intermédio do e-mail revista@caer.org.br ou pelo telefone 2220-3691.

A G O	3	Antropologia	O Homem Brasileiro	Maria Beltrão
	10 (M)	Música 1	Música popular no Brasil	R. Cravo Albin
	10 (T)	Teatro	Teatro Brasileiro	Carlos Vereza
	17	Guerra 3	2ª Guerra Mundial e a presença Brasileira	Luiz A. C. Cutrim
	24	Geopolítica 1	Geopolítica Brasileira	Roberto O. Mafra
S E T	31	Comunicação	Jornalismo ontem, hoje e amanhã	João Victorino
	7	Feriado	Dia da Independência	-----
	14	Economia	Pensamento Econômico Brasileiro	Ralph M. Zerkawisk
	16*	Geopolítica 2	Amazônia Azul	Paulo de P. Mesiano
	21	Folclore 1	Folclore Brasileiro e Dança	Fernando Bicudo
	23*	Geopolítica 3	Aquífero Guarani	Jesse Ribeiro da Silva
	28	História 1	Breve História do Brasil	Antônio Edmilson
	30*	História 2	História do Rio de Janeiro	Antônio Edmilson
O U T	5	Direito e Filosofia Política 7	Direito Constitucional e Pensamento Militar Brasileiro	Cunha Frota
	7*	História 3	Sentinelas da Liberdade Hipólito da Costa, Cipriano Barata e Frei Caneca	Paulo Pereira
	12	Feriado	Dia de Nossa Sª Aparecida	-----
	19	Sociologia	A sociedade brasileira	Jerônimo Moscardo
	21*	Geopolítica 4	Desenvolvimento e Política Pública na Amazônia	Afonso Farias Júnior
	26	Física 1	Avanços tecnológicos na Aeronáutica	Reginaldo dos Santos
	28*	Física 3	Internet – a grande convergência	Antônio C. Siqueira
N O V	2	Feriado	Dia de Finados	-----
	9	Filosofia Política 8	Política Nacional	Ives Gandra
	11*		Apresentação Trabalhos	Discentes
	16	Filosofia Política 6	Culturalismo	Francisco Martins
	18*		Apresentação Trabalhos	Discentes
	23	Arte	Filosofia da Arte e Filosofia do Pensamento Brasileiro	Araken
	25*		Apresentação Trabalhos	Discentes
30	Diplomação	-----	-----	

* Quinta-feira

MENSAGENS dos leitores

Senador José Sarney – Presidente do Senado Federal – Agradece o envio do exemplar da Revista Aeronáutica.

Senador Álvaro Dias – Agradece a remessa da Revista Aeronáutica e elogia a qualidade de impressão e de conteúdo.

Senador Marco Maciel – Registra, com satisfação, o recebimento da Revista Aeronáutica, a qual leu com interesse e cumprimenta ainda pela repercussão do seu artigo “Crise Política e Reforma Institucional”, bem como por disponibilizar os trabalhos do Grupo de Estudos.

Deputado Federal Michel Temer – Cumprimenta e agradece o envio da Revista Aeronáutica.

Renato José Soika – Agradece o recebimento da excelente Revista Aeronáutica, elogia e cita algumas matérias e seus autores.

O MAUSOLÉU E O SOLDADO

Embaixo, no túmulo
U'a dúvida formulo;
guardando estes ossos
voltam os filhos vossos?

Se eles pudessem falar
haveriam de perguntar:
-- livres em espírito,
os restos... em granito?

Ô Pátria mui amada
a quem demos nossa vida,
já que não nos esqueces,
dai-nos versos e preces!

Alfredo Garrido

Rio, 6 de outubro de 1965

POLÍTICAS SOCIAIS

Marco Maciel
Senador

Ron Mueck
Escultura gigante

Redistribuir de forma justa os recursos gerados pela sociedade continua a ser o maior desafio da política. A suposição de que o poder do Estado é capaz de superá-lo tem sido, até hoje, a maior utopia de todas as ideologias.

Talvez por isso seja tão recorrente, na esfera do pensamento político, a afirmação como o fim da ideologia, feita por Daniel Bel, ou até da história como sugeriu o polêmico Francis Fukuyama. Se a escola racional fosse o fundamento de todas as decisões políticas, teríamos atingido a condição do Estado ideal imaginado por Platão em sua República. A despeito de todos os avanços da ciência virem se acelerando, na medida em que progride a disseminação do conhecimento, nenhum Estado conseguiu, por exemplo, assegurar o pleno emprego, por maior que seja este o maior empenho de todos os sistemas políticos. A dificuldade, embora política e economia sejam campos cada vez mais interdependentes, é tratar-se de duas esferas de atuações distintas. A diferença é que medidas irracionais na economia levam fatalmente ao fracasso. Na política, lamentavelmente, podem levar ao sucesso de curto prazo. O empecilho de conseguir resultados econômicos com decisões políticas reside na circunstância, por todos reconhecida, de que o Estado é capaz de redistribuir, mas não gerar riquezas, conquanto seja pródigo em aumentar despesas.

As políticas que visam abrandar as diferenças sociais são o recurso imemorial utilizado na busca de conciliarmos os ideais de liberdade com as aspirações de igualdade. O inconveniente é que o uso de medidas compensatórias termina sendo, porém, invariavelmente discriminatório. A discriminação consiste em dar aos benefícios concedidos pelo Estado o caráter de condescendência patrimonialista do poder e não o desfrute de uma prerrogativa a que todo o cidadão deveria ter direito, quando as carências de que foi vítima não lhe garantiram igualdade de oportunidades. O direito ao trabalho dignamente remunerado continua sendo, portanto, a forma mais democrática de se garantir a sobrevivência de todos, sem discriminação.

Nenhuma política social tem sido mais eficiente, mais justa e de maior repercussão nas sociedades contemporâneas do que as previdenciárias. Elas visam garantir não só fruição de uma sobrevivência digna, ao fim da vida útil e produtiva dos cidadãos, mas também a superação das incertezas decorrentes das doenças que exigem cuidado maior e que são mais onerosas. Os sistemas previdenciários, dotados de maior grau de eficácia, tornaram-se o recurso político mais racional e o benefício econômico mais justo, no ideal de conseguir disseminar, de forma tanto quanto igualitária, os benefícios coletivos gerados pela sociedade e redistribuídos pelo Estado. A mudança do paradigma demográfico do mundo contemporâneo, no entanto, vem pondo em risco os modelos previdenciários existentes na maior parte do mundo. Na década de 60 do século passado, o francês Jacques Lambert, num livro que se tornou símbolo de sua especialidade – Os dois brasis – chamou atenção para o fato de que as diferenças que separam a França do Brasil decorriam das circunstâncias de que, em seu país, a renda de três franceses devia sustentar dois outros abaixo da idade produtiva, enquanto no Brasil a equação era exatamente inversa: cada dois brasileiros em idade produtiva tinham o encargo de suprir as necessidades de três outros demandantes de serviços públicos que ainda não tinham condições de entrar no mercado de trabalho.

Outra inovação social, tão importante quanto a Previdência, consistiu na instituição do seguro-desemprego, como recurso indispensável para aumentar a garantia de sobrevivência condigna, quando condições adversas do mercado o tornam recessivo, setorial ou temporariamente.

Dotar o País de um sistema previdenciário economicamente equilibrado e de um mecanismo de concessão de seguro-desemprego politicamente eficiente e imune a fórmulas e violações de toda a ordem é nosso maior desafio. E a primeira medida para se atingir esse objetivo consiste em dar transparência a essas instituições de tanta e tão significativa relevância para a paz e estabilidade sociais. Para tanto, faz-se indispensável separar o benefício

previdenciário, baseado em contribuições solidárias de empregados, empregadores e sociedade, como em toda a parte, do que é política compensatória não contributiva para atender aos excluídos do mercado de trabalho, enquanto não atingirmos níveis de emprego que possam dispensá-lo.

A propósito, a Previdência tem sido em todo mundo o fator mais decisivo para a justiça social e a eliminação da pobreza. Tanto no que respeita aos cidadãos ativos, por ser sinal do nível de emprego de cada país, como também em relação aos inativos que, de outra forma, não teriam meios de sobrevivência, quando atingem o fim da idade produtiva. Aliás, tal ocorre no Brasil, pois segundo estudo do IPEA, conforme divulgou a Folha de São Paulo, edição de 2-7-2006, em matéria assinada por Marta Salomon, “os benefícios pagos a idosos e deficientes e as aposentadorias e pensões vinculadas ao salário-mínimo contribuíram mais que o Bolsa-Família para a redução da pobreza em 2004. Sem o conjunto desses três programas, a proporção de pobres teria alcançado 38% da população daquele ano, sete pontos percentuais acima dos 31% registrados”.

Os superávits do nosso sistema previdenciário, contudo, serviram a todas as necessidades de inúmeros governos. Só não se destinaram a formar as reservas técnicas necessárias para compensar os desequilíbrios sazonais decorrentes de nossa instabilidade econômica e de nossas turbulências políticas. Faltam-nos visão de Estado e concepção estratégica na condução de nossas políticas sociais, abastecidas, na maioria das vezes, pelos recursos fáceis da demagogia, do patrimonialismo.

As sucessivas constituições sob as quais temos vivido nos últimos cem anos têm sido eficientes em distribuir benesses e promessas e atender demandas de alguns contra as de todos, raiz de todas as modalidades do arraigado corporativismo brasileiro. Só não têm servido para alocar os recursos gerados pela sociedade, conforme prescrição de Ferdinand Lassale: a cada um segundo suas necessidades e de acordo com suas possibilidades ■

A cultura popular e o caráter nacional

Frederico José Bérnago de Andrade

Cel Art

Membro Grupo de Estudos

A questão da identidade, componente do caráter nacional, estaria estreitamente vinculada à cultura popular? Essa e outras questões, que relacionam a cultura popular com o caráter nacional, serão objeto deste artigo.

A cultura popular seria o conjunto de criações imateriais provindas do povo – ou seja, daquela camada mais pobre e menos instruída, ainda predominante na população brasileira – expresso através da Música, do Cordel (Literatura, Xilogravura, Poesia), de “Causos”, da Dança, de Folgedos, do Artesanato.

O caráter, segundo conceituação do “Aurélio”, é “o conjunto de traços particulares, o modo de ser de um indivíduo ou de um grupo; índole, natureza, temperamento”. Seriam, então, componentes do caráter: a identidade (conjunto de traços particulares), o comportamento (modo de ser de um indivíduo ou de um grupo) e o temperamento. A identidade seria configurada pelos traços plasmadores da nacionalidade; o comportamento, a parte mais dinâmica do caráter; o temperamento, o seu lado mais emotivo.

A cultura popular brasileira busca, por vezes, sua inspiração em seu rico e diversificado folclore, o qual se manifesta através de cantos, danças, festejos. Conta com um mundo de personagens: Mateus, Diana Pastora, o Negrinho do Pastoreio, Catirina, o Saci Pererê e muitas outras. O encontro com ele se dá muito cedo, ainda no colo materno. São os acalantos ou canções de ninar de que são exemplos o Sapó Cururú e o Boi da Cara Preta. Seguem-se, ainda na infância, as cantigas de roda: “Terezinha de Jesus”, “O Cravo Brigou com a Rosa”, “Nesta Rua Tem um Bosque que se Chama Solidão”.

Ao alfabetizar-se, é dada ao jovem a oportunidade de penetrar no mundo encantado de Monteiro Lobato, animado por brasileiríssimas personagens, tais como Narizinho, Emília, Dona Benta e Visconde de Sabugosa. São as “catirinas”, os “sapos cururus”, as “terezinhas de Jesus”,

as “donas bentas”, que, agindo no nosso subconsciente, à medida que crescemos, vão modelando a nossa alma e a tornando cada vez mais brasileira.

É por meio da música, uma das principais representantes da arte popular, que um povo manifesta suas alegrias, suas tristezas. São as reações emocionais do caráter, ou seja, o seu temperamento, o que mais transparece na música. Seus versos, quando cantados, o que é uma constante no gênero popular, nos permitem melhor identificar a que povo ou grupo social se associam. Ao ouvirmos um samba, o associamos ao elemento negro, às classes populares, às favelas. O samba carioca é gênero musical popular construído cerca de 400 anos após a descoberta do Brasil. Reconhece no maxixe, explorado por Donga e Sinhô, uma de suas origens.

A arte popular não tem hora para ser construída. Surge como resposta a um apelo cultural, partido, em determinado momento, das camadas populares. Frequentemente ocorre sob a forma de uma mera recriação, espécie de adequação do já existente às exigências de um novo tempo. Outras vezes ocorre sob a forma mais transformadora da renovação. Fato é que o processo cultural, sujeito às mais diversas influências, é dinâmico e evolutivo.

Vejam os que podemos retirar da relação entre a música popular e o caráter de um povo. Começamos pelo fado, por ser gênero musical de um dos povos formadores de nossa nacionalidade, canção popular portuguesa, de forte influência mourisca, triste, fatalista. Não será o fado um reflexo da alma portuguesa? E se assim for, não seria válido admitir-se que o lado melancólico, nostálgico, de nosso temperamento coletivo, provém do português?

E quanto às etnias negras que vieram para o Brasil? O que a nossa música popular nos ensina a respeito? Que praticamente todos os gêneros musicais populares nos quais o negro exerceu algum tipo de influência, seja o maxixe, o frevo ou o samba, têm a marca da alegria, o sentido da festa. Abro aspas para Zé Ketí: “Eu sou o samba / A voz do morro sou eu mesmo sim senhor / (...) Sou eu que levo a alegria para milhões de corações brasileiros”, e que,

ao concluir, ainda reafirma ser “O samba, esta melodia de um país feliz”. E não é só a alegria; ao se intitular a voz do morro, o samba se apresenta como veículo de afirmação de uma classe excluída, pobre, mestiça, que habita os subúrbios e os morros do Rio de Janeiro.

O caráter nacional costuma também ser alvo de apreciação no campo literário. Escrito por Ariano Suassuna, autor de elevado grau de erudição, mas que cujas criações são inspiradas na cultura popular, especialmente nos folhetos da literatura de cordel, “O Auto da Compadecida” tem suas personagens julgadas por um Cristo negro. Uma das principais, João Grilo, ardilosa, esparta, mentirosa, mesmo assim é perdoada por intercessão da Compadecida, a Virgem Maria. Ponderou-se que sua astúcia, se porventura foi mal usada, o foi como instrumento de sobrevivência a um ambiente físico e socialmente hostil.

A exemplo de João Grilo, em cada personagem presente em nossa literatura, bem como nos versos de nossas canções populares, encontramos elementos que nos permitem interpretar a alma brasileira, seus defeitos, suas virtudes, suas frustrações, suas motivações.

A cultura popular, que é fonte permanente de inspiração para o imaginário dos habitantes deste rico e imenso mundo mítico chamado Brasil, continua sendo um dos mais fortes instrumentos de preservação da identidade brasileira, componente matriz do caráter nacional.

Para tanto, a dinâmica da cultura brasileira, que se manifesta a cada instante em atos de recriação, de recodificação, de reinvenção do imaterial, deve caminhar em absoluta sintonia com as nossas mais caras tradições – ou seja, aquelas que poderão vir a contribuir efetivamente para o processo civilizatório e não as marcadas pela discriminação e pelo preconceito. A cultura popular brasileira estará contribuindo, dessa forma, para assegurar a eternidade do Brasil como nação justa, soberana, solidária e, ainda, como expressão singular de um povo plural.

No dizer de Ariano Suassuna, em palestra realizada na antiga sede do Itamaraty, no Rio de Janeiro: “Uma nação só se torna alma pela cultura” ■



A PROBLEMÁTICA COLOMBIANA E SEU DESDOBRAMENTO



Annette Messenger
*Children with Their Eyes
Scratched Out*

O recente tour empreendido pelo presidente colombiano Álvaro Uribe, pela América do Sul, em agosto próximo passado, com o objetivo de dar conhecimento aos termos do convênio firmado com os Estados Unidos, que lhe permitirá instalar até sete bases militares em território colombiano, destinadas a coadjuvar o governo colombiano no combate ao narcotráfico e ao terrorismo, semeou muitas dúvidas e temores entre os condôminos do espaço geopolítico sul-americano.

O presidente venezuelano Hugo Chávez Frias, como sói acontecer, foi o mais extremado de todos, expressando, de forma veemente, sua preocupação com relação à existência dessas bases, por entender que constituem sérias ameaças ao equilíbrio regional.

A Colômbia lidera a produção de coca que inunda os EUA e a Europa. O país registrava, em 2003, vinte e oito mil assassinatos ao ano e mais de 60% dos sequestros ocorridos em todo o mundo; porém, essa situação foi revertida com a sensível redução de 50% no efetivo das FARC. Entretanto, isto não significa necessariamente que a violência tenha cessado, muito embora, em que pesem os problemas que afligem o país, Bogotá é considerada uma das capitais mais seguras da América Latina.

As estatísticas expostas pelo Escritório Nacional de Política de Controle de Droga da Casa Branca assinalam que, no ano de 2007, a Colômbia, assim como Peru e Bolívia, produziram, em conjunto, aproximadamente 1.500 toneladas de coca, ou seja, houve um incremento de 40% em relação à produção obtida em 2006. Isto veio a ocorrer, muito embora os

EUA tenham investido aproximadamente 5 bilhões de dólares no sentido de combater o narcotráfico na selva colombiana.

Estas cifras não fazem mais do que justificar a presença dos norte-americanos em território colombiano. É de se destacar que a Colômbia é um país banhado pelos oceanos Atlântico e Pacífico e mantém vizinhança com Venezuela, Peru e Equador, ou seja, o eixo estratégico para combater o narcotráfico em uma região onde também operam as FARC, que ainda mantêm em seu poder um considerável número de sequestrados. Faz-se mister ressaltar que a base aérea de Manta, no Equador, não poderá mais ser usada pelos americanos devido à negativa do mandatário equatoriano, Rafael Correa.

O presidente estadunidense Barack Obama tem sido enfático ao assegurar que ainda não autorizou a instalação de novas bases militares, e o governo colombiano sustenta que se trata simplesmente da renovação de um acordo já existente, similar ao Plano Colômbia, onde os Estados Unidos investirão 46 milhões de dólares na base militar de Palanquero, que servirá para ampliar a plataforma de aterrissagem, próximo de Puerto Salgar, em Cundinamarca.

A ampliação do convênio existente entre os EUA e a Colômbia tem conseguido criar algumas fricções geopolíticas em uma região onde já existem problemas de demarcação de fronteiras, tal como afirmou recentemente o secretário-geral da OEA, José Miguel Insulza, e é evidente a influência política, cada vez mais acentuada, do presidente Hugo Chávez na Bolívia, no Equador, na Nicarágua e em Cuba. Em resposta, o mandatário venezuelano anunciou

a instalação de bases “de paz” no estado Carabobo, a leste da Venezuela.

Entendem os analistas que a Venezuela é um país de trânsito, cada vez mais importante, para a cocaína procedente da Colômbia, destinada à Europa, via Oeste da África, e para os EUA, através do México e do Caribe. Por outro lado, segundo a ONU, em 2008, o Peru obteve um crescimento de 4,5% na semeadura de folha de coca, que teria ascendido a 56 mil hectares. Isto representaria mais de 36% do cloridrato de cocaína que se produz no mundo. Atualmente, esta nação ocupa o segundo lugar como produtor, porém, se suas autoridades peruanas não tomarem as devidas providências, no ano de 2011 certamente terá se transformado em líder mundial.

As potências mundiais, de modo contumaz, estimulam os governos sul-americanos a assumir uma atitude menos passiva e priorizar a luta contra o narcotráfico e o terrorismo. Porém, a atual crise financeira que açoita o mundo, e que teve sua origem nos EUA, está afetando significativamente a América do Sul que se vê compelida a investir suas reservas no sentido de reduzir os efeitos nocivos causados pelo narcoterrorismo, e que afetam drasticamente a economia desta parte da orbe.

Entretanto, se os países do primeiro mundo, que possuem elevados níveis de consumo de drogas, não se conscientizarem de que devem adotar uma filosofia sintônica, no sentido de combater, através de massivas campanhas publicitárias, a utilização de substâncias estupefacientes, podemos vaticinar que jamais será atingido o êxito desejado com vistas a erradicar o cultivo da coca nas nações andinas ■

O Equívoco de Israel

Reis Friede

Desembargador Federal e Professor Adjunto da UFRJ;
Mestre e Doutor em Direito Público
rfriede@trf2.gov.br



Israel, muito provavelmente, cometeu um dos mais graves erros de avaliação estratégica, no que concerne à denominada *questão do Irã*: confiou e, em uma decisão reconhecidamente pouco refletida, simplesmente, delegou a solução de um problema vital para sua segurança (e para o destino do Oriente Médio) ao aliado estadunidense.

Se por um lado, nunca houve dúvidas razoáveis sobre a evidente intenção belicista do Irã, por outro não há, a esta altura, qualquer dúvida, séria e isenta, que não aponte a inevitabilidade do ingresso do Irã no seletivo grupo de Nações dotadas de armas nucleares, inclusive com

capacidade estratégica, uma vez que é de amplo conhecimento o desenvolvimento, por esta Nação, de um Missil Balístico Intercontinental – ICBM.

O recente resultado (pífio) da tão prolapada Cúpula de Líderes em Washington sobre Segurança Nuclear, neste sentido, não somente comprovou a absoluta ingenuidade do Presidente BARACK OBAMA – como, aliás, bem asseverou o próprio MAHMOUD AHMADINEJAD – mas, igualmente a reconhecida aposta equivocada de Israel em confiar incondicionalmente no aliado norte-americano e em sua (suposta e continuada) disposição de desempenhar a função de garantidor do *status quo* e,

consequentemente, da paz mundial e, em particular, no Oriente Médio.

Aliás, em uma rápida análise, constata-se, com relativa facilidade, que os EUA nunca se qualificaram propriamente na condição de um aliado histórico incondicional de Israel, conforme tanto se divulga aos *quatro ventos*. Muito pelo contrário, em todas as situações em que a sobrevivência do Estado judeu esteve efetivamente em jogo, foi o heroísmo de seu próprio povo – e sua admirável e indeclinável determinação – mais do que qualquer outro motivo, que fizeram prevalecer os interesses *hebreus*.

Poder-se-ia argumentar, em contraposição crítica, que foi o (suposto) apoio

decisivo do presidente. Richard Nixon que permitiu a vitória militar de Israel na *Guerra de Yom Kipur*, em outubro de 1973. Porém, tal fato (incontestável para muitos) está longe de corresponder a absoluta verdade. Diferentemente da história “oficial”, Israel encontrava-se, em grande medida, sozinho em 1973, como também encontrava-se, em idêntica posição, na *Guerra dos Seis Dias* (1967) e, posteriormente, na chamada *Guerra de Desgaste* (1969-72). Tanto tal fato é verdadeiro que, logo após o confronto de 1967, reconhecidamente isolado (e condenado pela Comunidade Internacional por ter tomado a iniciativa do ataque preventivo), Israel tratou de buscar

e desenvolver – utilizando todos os meios disponíveis – *tecnologia nuclear bélica dissuasiva*, o que logrou obter, de forma plena, em 1972.

O que realmente ocorreu, na primeira semana da Guerra de 1973, foi que, surpreendido com a magnitude do ataque árabe, Israel não tinha mais como repor as enormes perdas de equipamentos nos primeiros dias de combate e – literalmente – Golda Meir, assessorada por Moshe Dayan, explicou firmemente ao Secretário de Estado americano Henry Kissinger que não vacilaria em utilizar as bombas nucleares táticas de que dispunham, armadas em seus A-4 Skyhawk e F-4E Phantom II, contra os árabes, na situação-limite que se afigurava no horizonte, obrigando aos EUA a estabelecerem uma das maiores pontes aéreas do mundo para rapidamente *rearmar* o Estado Judeu, inclusive enviando-lhe a mais alta tecnologia militar convencional disponível à época, o que foi decisivo para a reversão de uma possível derrota israelense e, consequentemente, para a vitória final na contenda.

Portanto, nunca foi aconselhável em toda a história de lutas do Estado Judeu – para dizer o mínimo – confiar cegamente no aliado estadunidense em assuntos de segurança nacional, e, da mesma forma que no passado (quando foi a ação isolada de Israel, em 1981, que pôs termo às ambições nucleares de SADAM HUSSEIN), mais uma vez não era e nunca foi sensato *delegar* uma missão que deveria ter sido desempenhada através de uma ação solitária de Israel – especificamente no caso do Império Persa, imediatamente quando a mesma se apresentou como um *desafio real* (e o Irã ainda não havia preparado tão efetivamente suas defesas) – não obstante todas as dificuldades operacionais (distância geográfica, complexidade e dispersão de alvos, entre outras) que a empreitada sempre sinalizou existir.

Agora – passados todos estes anos em que operou-se uma *relativa negligência* a respeito do tema – parece-nos que não resta outra alternativa factível do que sim-

plesmente Israel se preparar para um novo Oriente Médio, em que não somente um Irã regionalmente hegemônico emergirá, como ainda diversos outros potenciais adversários (provavelmente, pela ordem, Turquia, Síria e Líbia – mesmo esta última tendo abdicado, no passado recente, de suas ambições nucleares) *buscarão tecnologia bélica nuclear*, rivalizando com o poderio militar (nuclear e tecnologicamente mais avançado) israelense, até então incontrastável.

Por efeito consequente, Israel necessita, urgentemente, de um “choque de realidade”, considerando que nunca é por demais lembrar, com necessária ênfase, que existe uma grande diferença entre as percepções (e interesses) dos EUA e de Israel nesta específica e *sui generis* parte da Ásia, porquanto o povo israelense efetivamente habita o Oriente Médio, ao passo que os EUA apenas possuem interesses estratégicos mutáveis – sobretudo no petróleo deste Região – e, na própria medida em que, no futuro próximo, o petróleo perder sua importância energética, Israel acabará por perceber que a estabilidade geopolítica e militar no Oriente Médio é, de fato, muito mais um problema regional de seu particular interesse (diretamente ligado a sua segurança nacional) do que propriamente um problema norte-americano mais amplo, associado à chamada *pax americana*.

Sob este prisma, resta afirmar, em tom de sublime advertência, que um Irã, potência nuclear e com efetiva capacidade estratégica (dotada de ICBMs) – e, portanto, com capacidade de neutralização dissuasiva em relação aos EUA – será, a esta altura de forma aparentemente irreversível, o grande *legado* da Administração Obama, em uma indesejável repetição do equívoco da Administração Kennedy que, em 1962, permitiu o estabelecimento derradeiro de uma área de influência soviética em Cuba, com todas as conhecidas consequências geopolíticas (de revoluções exportadoras e instabilidades) que o regime de Fidel Castro logrou conduzir nas décadas de 60, 70 e 80 na América Latina e, posteriormente, na África ■

Coragem intelectual

A vida na aviação exige habilidades, atenciosidade, determinação, mas sobretudo coragem para enfrentar os desafios inerentes ao voo.

Ao mesmo tempo, requer no exercício da profissão, conhecimentos científicos, valores morais e sentido existencial norteados por uma coragem intelectual, notadamente nos momentos de decisão.

A coragem é uma virtude militar, cujo maior ato é dar a vida por seu país. A coragem, também, é considerada a mais fundamental das clássicas virtudes morais, pois é aquela que conserva a existência do ser. De outra forma, o contrário da virtude é a covardia que trai o amigo ou o país.

Em se tratando da coragem intelectual, gostaria de citar dois pronunciamentos significativos:

A primeira palestra foi a aula inaugural na universidade de Harvard (Cambridge EUA), em 08 de junho de 1978 pelo romancista e filósofo russo, Alexander Solzhenitsyn, em seu quarto ano de exílio da União Soviética. Alerta Solzhenitsyn para a importância da Verdade que raramente é doce, quase invariavelmente é amarga, acrescentando que a sua principal preocupação não é tanto o poderio militar do comunismo, mas como as idéias comuns que tal ideologia partilhou com a filosofia moderna, onde o homem se vê como autônomo, sem objetivo e livre para criar suas próprias leis e moralidade. Apesar da sua advertência é curioso, na história do pensamento moderno, que os intelectuais não previram a derrocada inesperada em 1989 dos regimes socialistas na Europa que deixaram atrás de si a herança triste de uma terra arrasada e de almas destruídas.

O outro pronunciamento, datado de 12 de setembro de 2006, é de Joseph Ratzinger, quando iniciava seu segundo ano no papado como Bento XVI, na Universidade de Regensburg (Bavária – Alemanha) onde fôra professor.

Bento XVI começou sua fala dizendo que as Universidades são locais onde a verdade pode ser tratada de modo amigável, todavia em circunstâncias sérias. Seu discurso alega que muitos pensadores muçumanos, simpatizantes da al-Qaeda e de outras organizações terroristas, deveriam ser livres para promover a religião por meio da violência. Isso poderia ser defensável?

Observa Joseph Ratzinger na sua argumentação: “Ora, desde há muito tempo que o Ocidente vive ameaçado por esta aversão contra as questões fundamentais da sua racionalidade, e desse modo, o único resultado é sofrer um grande dano. A coragem de abrir-se à vastidão da razão, e não a rejeição da sua grandeza – tal é o programa pelo qual uma teologia comprometida, na reflexão sobre a fé bíblica, entra no debate de nossa época”.

Os dois pronunciamentos ocuparam tempo considerável da imprensa internacional e levantaram imensas controvérsias.

Estes exemplos de coragem intelectual podem ser repensados no momento atual político brasileiro. Após a revolução de 1964, em que os militares permaneceram no poder durante 20 anos, assumem governos com posições diferentes, gerando confrontos constantes ideológicos e no plano pessoal.

Considerando a verdade dos fatos, constatamos erros e acertos em ambos os lados, mas são incapazes de admitir os

seus próprios desvios de caráter. A Verdade nos liberta, mas não se exerce sem dor. O que fazer?

Dito isto, gostaria de transpor para o pensamento brasileiro. O Brasil nasceu com idéias portuguesas calcadas na unidade indissolúvel da extensão continental. Ao mesmo tempo, solidificou-se uma unidade da língua, bem como a miscigenação racial e amalgamaram-se diversos povos e credos. É a terra do homem cordial, conforme Cassiano Ricardo.

A questão que se põe: Qual será o pensamento que vai erigir a nossa esperada civilização brasileira?

Não faz parte do pensamento brasileiro as questões levantadas nos dois pronunciamentos anteriores, tanto o fundamentalismo religioso que leva ao terrorismo, quanto o materialismo que conduz aos sistemas totalitários.

Assim, mover-se em interesses pessoais no ambiente político, ou aceitar modelos que não traduzem nossos anseios significa desintegrar qualquer projeto nacional futuro.

A nossa tradição nos conduz a dois fundamentos para a formação do pensamento brasileiro: o cristianismo e o culturalismo. Ambos apóiam-se no espírito e na criação cultural, erigindo uma sociedade livre com dimensões na pessoa humana, na sua dignidade transcendente, no valor da vida, da família e da plena convivência.

O futuro da civilização brasileira se formará onde brasileiros se unam em torno de pensamentos que dão força à vida e à nossa cultura. E este futuro crescerá promissor onde esses pensamentos tenham a sua origem na verdade e a levem para dentro dela ■



O Governo da chamada REVOLUÇÃO e a IGREJA

Dom Odilão Moura

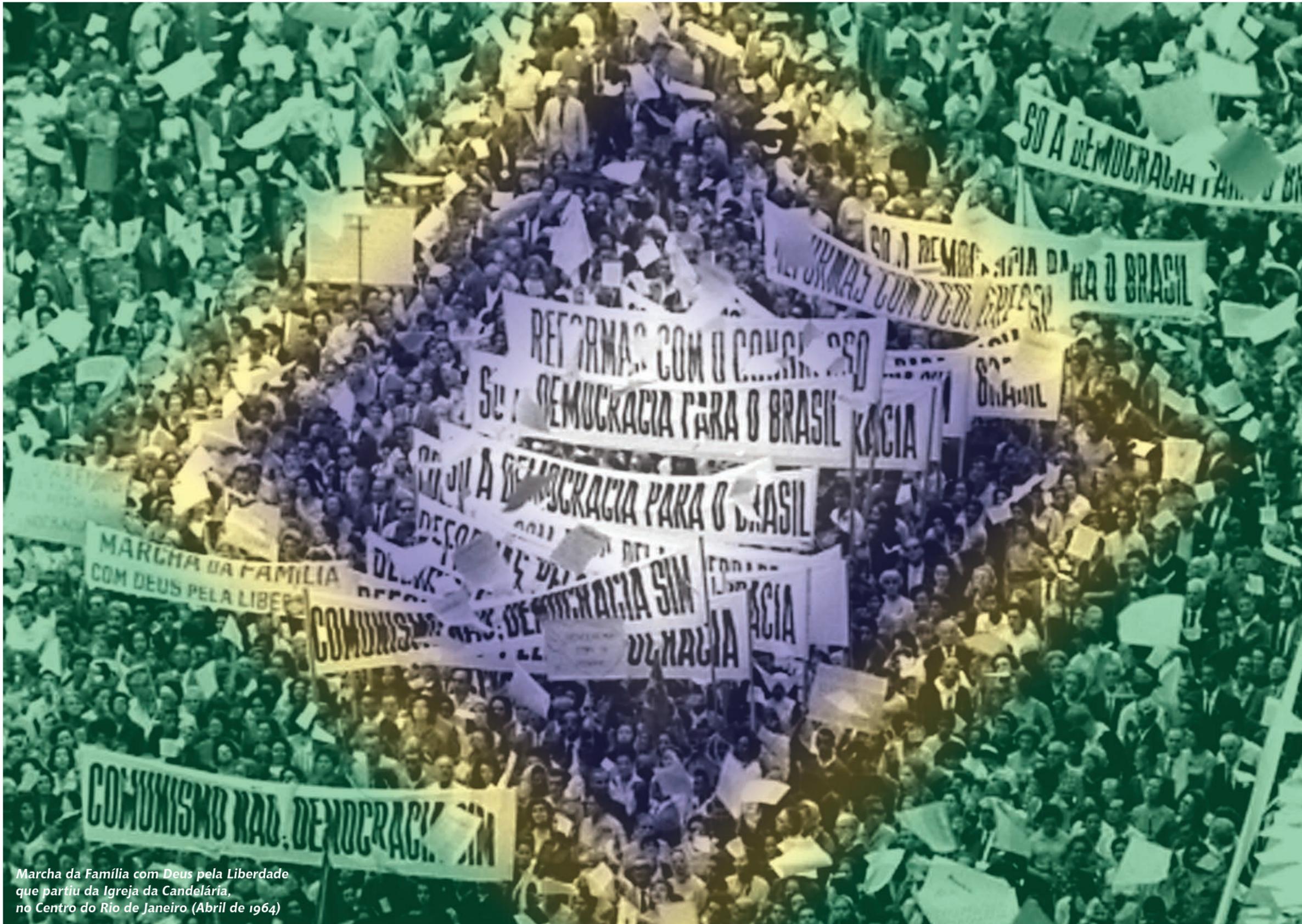
O. S. B.

Se o Concílio Vaticano II marcou o início de nova era na história da Igreja e do seu pensamento, para o catolicismo brasileiro esta nova fase histórica foi também determinada pela chamada “Revolução” de 1964.

Esta “Revolução” motivou a divisão dos leigos católicos intelectuais em duas correntes políticas irreduzíveis, ligadas, respectivamente, à ideologia socializante e à ideologia “revolucionária”, com repercussões marcantes no clero e no episcopado, e criou, para a Igreja do Brasil, uma situação semelhante à existente na era de 1890 a 1930. Voltou o Governo a, de fato, desconhecer o significado da Igreja para o povo brasileiro, desconhecimento este agravado por mútua hostilidade. Se nem todos os bispos e os atuais políticos hostilizam-se, é inegável que o relacionamento entre Governo e Hierarquia é de prevenção, quando não de agressão.

Tal situação é tanto mais surpreendente ao se verificar que, até certo ponto, a destituição de Jango do governo foi trabalho de católicos. Os três governadores civis que a fizeram – Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros – eram católicos confessos. Senhoras católicas organizaram eficiente reação à anarquia instituída contra o gaúcho despreparado para exercer a Presidência, fundando a CAMDE.

Em 19 de março de 1964, uma gigantesca passeata realiza-se na capital bandeirante, na qual mais de quinhentos mil católicos, prevalecendo os grupos religiosos femininos, deram o primeiro e impressionante brado de guerra contra o desgoverno comunizante de João Goulart. As Forças Armadas quando interferiram militarmente naquela situação política, o fizeram solidarizando-se com uma nação prestes a entrar em guerra civil.



Marcha da Família com Deus pela Liberdade que partiu da Igreja da Candelária, no Centro do Rio de Janeiro (Abril de 1964)

Sem dúvida, a atuação militar na destituição de Goulart foi ponderável e necessária, mas não se pode dizer que a mudança de 1964 foi obra só dos militares.

Ao contrário da quartelada de 1889, que o povo desconheceu, a interferência militar de 1964 na política foi pressionada pelo povo brasileiro, máxime pelos católicos. Em 1889, uma questão militar provocou a queda do Imperador e um grupo civil implantou a República. Em 1964, uma questão civil, eminentemente política, levou à destituição de um Presidente e os militares instituíram o regime chamado “Revolução”.

Teria sido a destituição de Goulart e a implantação de um novo Governo uma revolução? A essa pergunta, considerando revolução uma “transformação radical na distribuição do poder entre classes e setores”, Thomas Skidmore¹, no seu conhecido e apreciado livro sobre nossos governos responde que só o tempo pode dizê-lo. O tempo, porém, já é suficiente para se ter a resposta: foi, sim, uma revolução.

Não que o golpe que pôs em fuga o bom estancieiro gaúcho tivesse sido revolução. Unidos com o objetivo de destituir um presidente manipulado pelas forças da esquerda, os brasileiros e as Forças Armadas visavam tão-somente pôr fim ao caos. Não havia programa para a organização da nova situação política.

Os homens não estavam indicados para os cargos. Não houve planejamento. Não se definira previamente a ação para depois da deposição presidencial. Até se pode dizer – para se usar a conhecida e genial expressão do bravo Marechal Lott – que se desejava tão-somente “a volta aos quadros constitucionais vigentes”.

Preparou-se a guerra, mas não se organizou previamente a vitória. Cedo a imaginação delirante, mas prenhe de avisadas intuições políticas, de Carlos Lacerda, definia o quadro revolucionário: “Em quatro meses a Revolução envelheceu e murchou. Estão esvaziando a Revolução com a estupidez das reformas que não reformam coisa alguma, enquanto a grande

reforma, que consiste em implantar um governo competente e trabalhador no Brasil, continua por fazer²”.

A revolução veio depois. Foi-se implantando paulatinamente, com a permanência dos militares no poder, que encontraram a fórmula para a sua ação política: “Desenvolvimento e segurança”. Visando acabar com a subversão e explorar ao máximo as virtualidades brasileiras, hipertrofiando a ação estatal em detrimento dos valores intangíveis da pessoa, donos absolutos do poder, enfatizando o aspecto econômico da sociedade, dando-lhe mesmo a primazia, instituindo um sistema educacional pragmático; os militares, no poder, transformaram a revolta de 1964 numa Revolução.

Para justificar bem mais essa Revolução que, de fato, deu novos rumos ao Brasil, buscaram a ideologia elucubrada na Escola Superior de Guerra³. Evolução natural das vagas idéias políticas do tenentismo de 1922, mais explicitada no Regime Vargas, esta ideologia já havia recebido a última formulação na Escola Superior de Guerra, fundada em 1949.

Sem o perceberem, os governantes militares encaminharam-se para uma solução política semelhante à dos países totalitários da esquerda, em base marxista, dando o primado ao econômico e implantando uma ditadura tecnocrata⁴. Paradoxalmente, a Revolução encaminhou-se para aquilo contra o que fora feita. Segurança, desenvolvimento, tecnocracia, ditadura constitucional (ou “democracia relativa”), eis as características ideológicas da Revolução fardada.

Na revolução republicana que levou o Brasil ao regime artificial de 1891, os civis deram aos militares a teoria política. Na atual, os militares trazem para os civis a ideologia que criaram. Em ambos os casos, o artificialismo das soluções é patente. É mais compreensível neste que naquele, a inadequação das soluções. Não se pode, certamente, exigir que homens de conformação intelectual toda ela mergulhada na tática de guerra e haurida nos

quartéis transformem-se, de repente, em estadistas ou em teorizadores do Estado⁵. Seria exigir demais. Sim, estadistas não se improvisam.

Mais. A Revolução, que se propôs extinguir também a corrupção do corpo social, não conseguiu atingir esta meta. Ao contrário: a corrupção agravou-se. Contudo, os militares, neste “curto período de catorze anos de governo”, conseguiram extirpar do Brasil o mal do terrorismo e da subversão comunizante. Não se pode também negar que muitos deles, no exercício das funções políticas e administrativas, deram o exemplo de desapego aos cargos, de honestidade no trato do bem público e da seriedade, procurando acertar. Estes, se não acertaram, é porque as circunstâncias adversas ou a inexperiência política não lhes permitiram. Não se lhes pode negar a reta intenção. Transferidos para a Presidência ou para outros cargos estatais, neles, alguns militares revelaram as grandes virtudes morais exigidas do soldado: espírito de sacrifício, desambição, austeridade e respeito à ordem.

Que posição tomou a Igreja diante do Governo da Revolução? Se foram nítidas e uníssonas as atitudes dos bispos com relação aos governos dos períodos de 1889 a 1930, e de 1920 a 1964, o mesmo não se pode dizer da referente aos Governos da Revolução, justamente porque a unidade anterior deixou de existir no episcopado, no clero e no laicato. O que mais concorreu para o desentendimento que, desde 1964, existe entre Igreja e Estado foi o fato de que parte considerável do clero e alguns bispos adotaram princípios esquerdizantes, cooperaram com a subversão política comunista e até terrorista, havendo também os que não escondiam as suas simpatias marxistas.

Por outro lado, a infiltração comunista em certos meios católicos fez-se evidente. No próprio seio do episcopado, os conflitos entre a facção esquerdista-subversiva e a facção oposta vieram a público, com grande sensacionalismo, pelas notícias dos jornais. Tudo isso é sobejamente conhecido

e atual. Por esse motivo nos dispensamos de um relato mais pormenorizado⁶.

A ação social da Igreja também chocou-se com a ação estatal, em determinados setores assistenciais e missionários, havendo, neles, desentendimentos, agravados pelas tendências subversivas de padres que neles trabalhavam e pela prevenção de servidores públicos.

A tortura sofrida pelos presos políticos, a arbitrariedade com que se faziam os julgamentos, a perpetuidade de medidas de exceção – compreensíveis, estas últimas, em período de grave agitação social mas execráveis se institucionalizadas indefinidamente – não menos contribuíram para os choques entre o Governo e a Igreja.

Procuremos, agora, responder à pergunta acima formulada. A atitude da Igreja, em face do atual Governo, não é uniforme. Em certas questões, os católicos parecem não discordarem: na repulsa à tortura dos presos, na rejeição dos julgamentos e das medidas punitivas realizados sem observância das normas jurídicas e na defesa dos direitos humanos.

Quanto ao Governo, a sua atitude para com a Igreja é de desconfiança, de tolerância, de desprezo, quando não de

clara hostilidade. Prevenido contra ela, vendo em toda a Igreja – ao tomar uma parte pelo todo – uma força subversiva, o Governo considera a Igreja um empecilho perigoso para a sua política inspirada na doutrina da Segurança Nacional.

A agressão mais violenta feita à Igreja pelo Governo foi a introdução institucionalizada do divórcio no Brasil. Não é desconhecido de ninguém o combate tenaz que a Igreja deu a todas as tentativas de implantação da dissolubilidade do vínculo matrimonial em nossa legislação. Essa luta, ela a manteve desde os inícios da República. Conseguiu com que o divórcio fosse rejeitado de todas as nossas cinco constituições republicanas e na reforma constitucional de 1969.

Nesta questão da recusa do divórcio, os bispos estiveram sempre unânimes, até mesmo em nossos dias, pois o divórcio legalizado é um atentado ao direito natural, um desprezo à mensagem de Cristo e, em nossa Pátria, um desrespeito à tradição da família brasileira.

As circunstâncias em que foi “aprovada” pelo Congresso e sancionada pelo Presidente da República a “reforma” constitucional divorcista, não só testemunham

o quadro da política atual, mas também as hostilidades do Governo à Igreja. O aproveitamento, pelo Congresso, de uma ordem governamental, baseada em Ato Institucional, para reforma da Constituição; o famigerado “pacote de abril”; a aplicação, pela primeira vez, pelo Congresso, do novo *quorum* para as “reformas” constitucionais; a aceitação dócil, pelo partido da oposição, desse novo *quorum* o qual combatera veementemente por ser ilegítimo; a união dos congressistas de ambos os “partidos” para aprovarem a emenda divorcista; a confraternização da maçonaria, dos espíritas, protestantes, esquerdistas e “católicos”, na votação; a exorbitância de representantes do povo, que para tal não possuíam delegação e a traição aos eleitores católicos que os elegeram; as transações políticas, os absurdos jurídicos e as faltas morais que então se cometeram – indiscutivelmente retratam o nosso quadro político atual, anti-católico.

Para satisfazer a vontade soberana do Comandante do Executivo, os políticos impõem “legalmente” a subversão divorcista no Brasil. A Revolução iniciada pela Marcha da Família instituiu o divórcio na família brasileira... ■

NOTAS

1. SKIDMORE, Thomas, *Brasil: de Getúlio a Castelo*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Ed Paz e Terra, p. 370.

2. VIANA Filho, Luiz, *O Governo Castelo Branco*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Liv. José Olímpio, Col. Docs. Brasileiros, 1975, p. 209.

3. Cf. Skidmore, Tomas, *o.c.*, p. 442.

4. “A doutrina militar de Góis Monteiro é, no essencial, idêntica à doutrina de Segurança Nacional elaborada pela inteligência da Escola Superior de Guerra. Ela antecipa, de vinte anos, a doutrina militar do regime instaurado com a Revolução de 1964...” COELHO, Edmundo Campos, *Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*, Rio de Janeiro, Forense Univ., 1976. p. 105. O mesmo autor resume a ideologia da Escola Superior de Guerra em alguns princípios, dos quais os mais típicos são os seguintes: “1º) – Os indivíduos só valem pelo que realizam em conjunto, em benefício do conjunto e sentindo em conjunto. 2º) Uma coletividade em que o bem coletivo está acima dos interesses de indivíduos e grupos possui vida moral mais elevada. E a moralidade dos indivíduos e grupos é função da moralidade do sistema inclusivo. 3º) O Estado é instrumento de mobilização coletiva. E a lealdade para com o Estado deve ter precedência sobre as demais. 4º) A centralização do poder é indispensável como garantia da unidade nacional... 5º) A função da elite dirigente é educativa por excelência... À elite dirigente cabe ainda dirigir os interesses da coletividade, já que aos indivíduos faltam as condições para identificá-los... 6º) O desenvolvimento econômico é o objetivo fundamental...” *O.c.*, pp. 173-174.” Sendo exata esta síntese, e tudo leva a crer que o seja, tal ideologia totalitária, com tendência marxista, despersonalizante e negadora da moral natural, é essencialmente conflitante com os princípios da doutrina social da Igreja.

5. Presidente Castelo Branco não concordava que os militares exercessem funções políticas na sociedade. Escreve ele, em 1933, sob o pseudônimo de *Coronel Y.*: “De tudo isso se conclui que o militar não representa as classes armadas na política. A experiência tem mostrado que, em regra, o oficial que se dedica a outras atividades é um profissional medíocre e pouco devotado ao dever militar, esquecendo-se quase sempre dos problemas vitais da caserna”, VIANA Filho, Luiz *o.c.*, p. 206.

6. Sobre a *marxização* da doutrina católica, conforme esta é corrompida por alguns “teólogos”, cf. PARADOWSKY, Miguel, *A Grande Marxistação da Teologia*, ed. Fortaleza, 1975.

QUE PAÍS É ESSE?

João Victorino
Jornalista
Membro do Grupo de Estudos
fevijo@hotmail.com

Nos últimos tempos, a mentira deslavada, dissimulada, inescrupulosa, maledicente, sarcástica e cínica, citando apenas alguns modelos, para não ficar me alongando nos qualificativos, tem se tornado uma constante no meio político brasileiro. Mente-se a todo instante, por qualquer motivo, a torto e direito. A intenção é uma só: faturar os louros dessa falastronice.

“A mentira é como uma bola de neve, quanto mais rola, tanto mais aumenta”, afirmou o teólogo Martim Lutero. E não é que o dia a dia tem nos mostrado que não há nada mais verdadeiro?

De fato, a mentira é tão importante para uma boa parte da classe política e quem a rodeia, como o pão costuma ser para alimentar o povo e os que têm fome. A verdade, a realidade dos fatos, passou a ser um componente desprezível nos mais diversos setores.

A imprensa e os formadores de opinião têm embarcado nessa onda de reproduzir notícias mentirosas com a intenção de iludir a população, de impor opiniões sem nenhum pingão de veracidade, mas envolta em palavras que ajudam a tapear os menos atentos.

Uma modalidade que vem sendo utilizada por pessoas com muito poder decisório são os discursos enaltecendo uma nova e mirabolante descoberta, um crescimento de produção. Isso alavanca o valor das ações do setor na Bolsa de Valores. Quem tem os papéis na mão acaba vendendo na alta, depois de tê-los adquiridos na baixa. Como esse falatório acaba se revelando um engodo, as ações tornam a cair e voltam a ser adquiridas pelos mesmos detentores que as venderam na alta.

Dessa maneira, um eventual dinheiro ‘frio’ ganha os ares de dinheiro ‘quente’. E morre a necessidade de uma ‘lavanderia’

para acabar com a famigerada ‘caixa dois’. E nessas horas vale recordar uma máxima do filósofo e ensaísta inglês, Francis Bacon: “O que faz mal não é a mentira que passa pela mente, mas a que nela mergulha e se firma”.

Por vezes, a tentativa de ampliar os ganhos, é ‘encher a burra de dinheiro’ com falsos índices de crescimento, ou de desempenho de uma empresa, como recentemente aconteceu com a Petrobras, alavancando ganhos substanciais para uns poucos ‘amigos do rei’, ou quem patrocina essa fanfarronice inconsequente.

Ainda recentemente, enquanto as águas rolavam morro a baixo impiedosamente, algumas autoridades desfiavam um rosário de inverdades, para encobrir responsabilidades e atitudes cometidas

em tempos idos. Um verdadeiro festival de mentiras, que aturdiavam ainda mais o sofrimento de uma população desvalida e sem saber para onde correr. Os políticos falavam com tanta veemência, que até eles acreditavam nas baboseiras que proferiam, inundando os ouvidos da população com uma torrente de mentiras.

Quando criança, os mais velhos sempre nos recomendavam que não mentíssemos, pois acabaríamos com um nariz maior do que o do Pinóquio. Outros garantiam que iriam colocar pimenta na nossa boca caso mentíssemos por algum motivo. Era um pecado sem qualquer possibilidade de absolvição, de complacência.

Mas a classe política, retratada aqui, parece que não teve esse tipo de orientação. Mentem a três por quatro, sem tirar

nem por. Os temas são os mais variados. Pouco importa o assunto. O importante é engambelar a população. Até as obras que nunca saíram do papel, são alardeadas como se fossem surgir da noite para o dia, como num passe de mágica. Doce ilusão. Acreditam que de tanto ser repetida, uma mentira acaba se transformando numa verdade.

É uma pena que o pobre e sofrido povo brasileiro ainda se deixe levar por essas demagogias, esse palavreado barato, que tem por finalidade apenas conquistar a sua aprovação, a sua incapacidade de raciocinar, sem reparar o quanto está sendo enganado. Será que o humanista florentino, o filósofo italiano, Marcílio Ficino estava certo quando dizia que “a mentira arruína rapidamente o

mentiroso”? Parece que não. Um bom número de políticos está aí para comprovar que “a mentira roda meio mundo antes mesmo da verdade ter tido tempo de colocar as calças”, segundo a sábia visão de Winston Churchill.

Quando se comemora os cinquenta anos não vividos pelo roqueiro Renato Russo, vale recordar que, há algum tempo, juntamente com os seus companheiros do Legião Urbana, tentou abrir os olhos de todos nós para o Brasil que estava sendo vivido por ele e sua geração, nos anos 80, onde uma boa parte da classe política já demonstrava que não pretendia trilhar pelo caminho da legalidade, da lealdade, do patriotismo, querendo que este fosse um Brasil verdade, um Brasil do qual pudéssemos nos orgulhar ■

QUE PAÍS É ESSE?
Nas favelas, no senado
Sujeira pra todo lado
Ninguém respeita a constituição
Mas todos acreditam no futuro da nação
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?
No Amazonas, no Araguaia
iá, iá,
Na Baixada Fluminense
Mato Grosso, nas Gerais e no
Nordeste tudo em paz
Na morte eu descanso, mas o
Sangue anda solto
Manchando os papéis,
documentos fiéis
Ao descanso do patrão
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?
Terceiro mundo, se for
Piada no exterior
Mas o Brasil vai ficar rico
Vamos faturar um milhão
Quando vendermos todas
as almas
Dos nossos índios num leilão
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?
Renato Russo

Proibido, Permitido, Obrigatório

Oney Carlos Xavier

Ten Cel Int

oney.cx@bol.com.br

Século XX, anos 60,
Inglaterra

Até aqueles anos, o homossexualismo era considerado crime naquele país e, portanto, proibido. Mas um importante Ministro do Governo Britânico foi denunciado por atividades homossexuais. O que fazer? Processá-lo? Levá-lo a julgamento? Condená-lo? Puni-lo? Mui sabiamente, o Parlamento Britânico votou e sancionou uma Lei, na qual o homossexualismo não era mais considerado crime e, dessa forma, o Ministro ficou impune. Meses mais tarde, um senhor de seus 90 anos se dirige ao *Home Office* (órgão do governo inglês que trata da emigração e imigração), com a finalidade de acertar os seus papéis para deixar definitivamente o país.

Entre idas e vindas, certo dia foi atendido por um rapaz com brinquinho na orelha, lábios pintados, que entre trejeitos, lhe questionou:

– Senhor, por que deixar a Inglaterra? O senhor é um ícone; o senhor é um herói nacional. O senhor sobreviveu a duas Guerras Mundiais e foi condecorado nas duas. Por que o senhor está fazendo isto?

Ao que o senhor respondeu:

– Ouça, meu rapaz. Há alguns meses, neste país, ser pederasta era proibido. Agora já é permitido. Eu estou indo embora antes que seja obrigatório!

Século XXI, 2010, Brasil

Hoje vemos nosso País se comunizando e caminhando tranquilamente para uma ditadura de esquerda (essa pode!). Quarenta e seis anos depois, vemos a história se repetir. O País comunizado, com todos os Ministérios nas mãos de comunistas declarados e/ou de melancias (verdes por fora, mas vermelhos por dentro).

Nos anos 1963/1964, os chefetes comunistas no Brasil se reportavam a Moscou dizendo: – “Já temos o Governo; só nos falta o poder”. E só não conseguiram o poder porque a Revolução Comunista que estava pronta para eclodir no dia 1º de maio de 1964, Dia do Trabalho, viu-se frustrada com a Contrarrevolução deflagrada no dia 31 de março de 1964, por brasileiros que não queriam aquele regime para o Brasil. E hoje? A que cidade os comunistas irão se reportar? Havana, Caracas, La Paz ou Teerã?

A mídia mancomunada está inebriada com a parlapatice e, inebriante, inebria a população que se encontra anestesiada com a baboseira dita e apresentada pelo governo.

Usando o mote do presidente (deles): – “Nunca antes na história deste país, um presidente foi tão incoerente e inconsequente em suas atitudes e declarações.” Mas para quem se autointitulou “insano” (O Estado de São Paulo – 10/mar/2010 – fls nº A 12/A 13), este deve ser um comportamento normal.

No Brasil está faltando um menino para dizer – “O rei está nu”! Até quando, ó Catilina, teremos que ouvir esse palavrório falaz?

O presidente (deles) tenta usar o método de Gramsci para conquistar o poder, procurando amordaçar a imprensa, cadastrando proprietários de armas (quando você tiver o poder saberá quem tem armas e poderá confiscá-las), dando cobertura a bandidos (MST), abolindo o direito de propriedade, etc. Com um decreto quer acabar com símbolos religiosos (o que fazer com o Cristo Redentor do Rio e de outras cidades?). Com um decreto quer acabar com a inviolabilidade do lar, dando poder de polícia a fiscais do governo. Se

aprovado, esse decreto escarnecerá do Poder Judiciário.

O presidente (deles) se diz um democrata, mas defende governos totalitários (Cuba, Venezuela, Bolívia, Irã e outros) e compara preso político a bandido comum. Vai à contra mão da história. Mas o presidente (deles) está esquecendo de uma máxima do Gramsci: – “Jamais subestime a estupidez humana”!

Estamos próximos das eleições e teremos uma tarefa difícil: Escolher! O que queremos para nós? Uma Margareth Thatcher ou uma Cristina Kirchner? Uma Indira Gandhi ou uma Michele Bachelet? O que queremos para nós? Um John Fitzgerald Kennedy ou um Fidel Castro? Um De Gaulle ou um Hugo Chaves? Um Tony Blair ou um “pé nos hu” Evo(s) Morales? Finalmente, o que queremos para nós? Uma Dilma Roussef ou um José Serra? Será que não existe alternativa? Escolher entre os dois seria o mesmo que escolher entre morrer com um tiro no peito ou uma facada na barriga.

Acredito que nossa escolha será muito mais difícil que a “Escolha de Sofia” (judia presa em um campo de concentração nazista, na 2ª Guerra Mundial, com dois filhos e que um dia recebeu a ordem do comandante do campo para, entre seus dois filhos, escolher qual permaneceria vivo).

Voltando ao início deste artigo, constatamos que, há alguns anos, no Brasil, ser comunista era proibido; hoje já é permitido e, a exemplo do senhor inglês da piada, estou pensando seriamente em deixar o meu país antes que ser comunista se torne obrigatório.

P.S. – Brasil – “Ame-o ou Deixe-o. Mas não o traia”.



Ron Mueck
Big Man
Escultura gigante

Cidadania

A Constituição Federal, prolatada em 1988, instituiu como regime político para o país o Estado Democrático de Direito. Um dos seus Fundamentos é a CIDADANIA, cuja essência Aristóteles definia como o conjunto de qualidades, propriedades e atributos que caracterizam a natureza do indivíduo.

A Cidadania sempre esteve atrelada a Direitos, especialmente aos Direitos Políticos, aqueles que permitem ao indivíduo intervir na direção dos negócios do Estado de forma direta ou indireta e que o qualifica como Cidadão, concedendo-lhe Direitos que pressupõe uma contrapartida de Deveres. O balanceamento de Direitos e Deveres é o Exercício da Cidadania.

O ideário do Estado Democrático de Direito é oferecer uma vida saudável a todos os Cidadãos; tem como cerne a Dignidade submetendo-a ao império da influência e preponderância da Lei Magna, que temos que extremar e apartar o que é legítimo do que é nulo ou inconveniente.

A Lei Magna, a Constituição em vigor, tem que ser levada a sério, enfocada e encarada, como norma cogente, racional, vinculada ao Ordenamento Jurídico de forma intransponível.

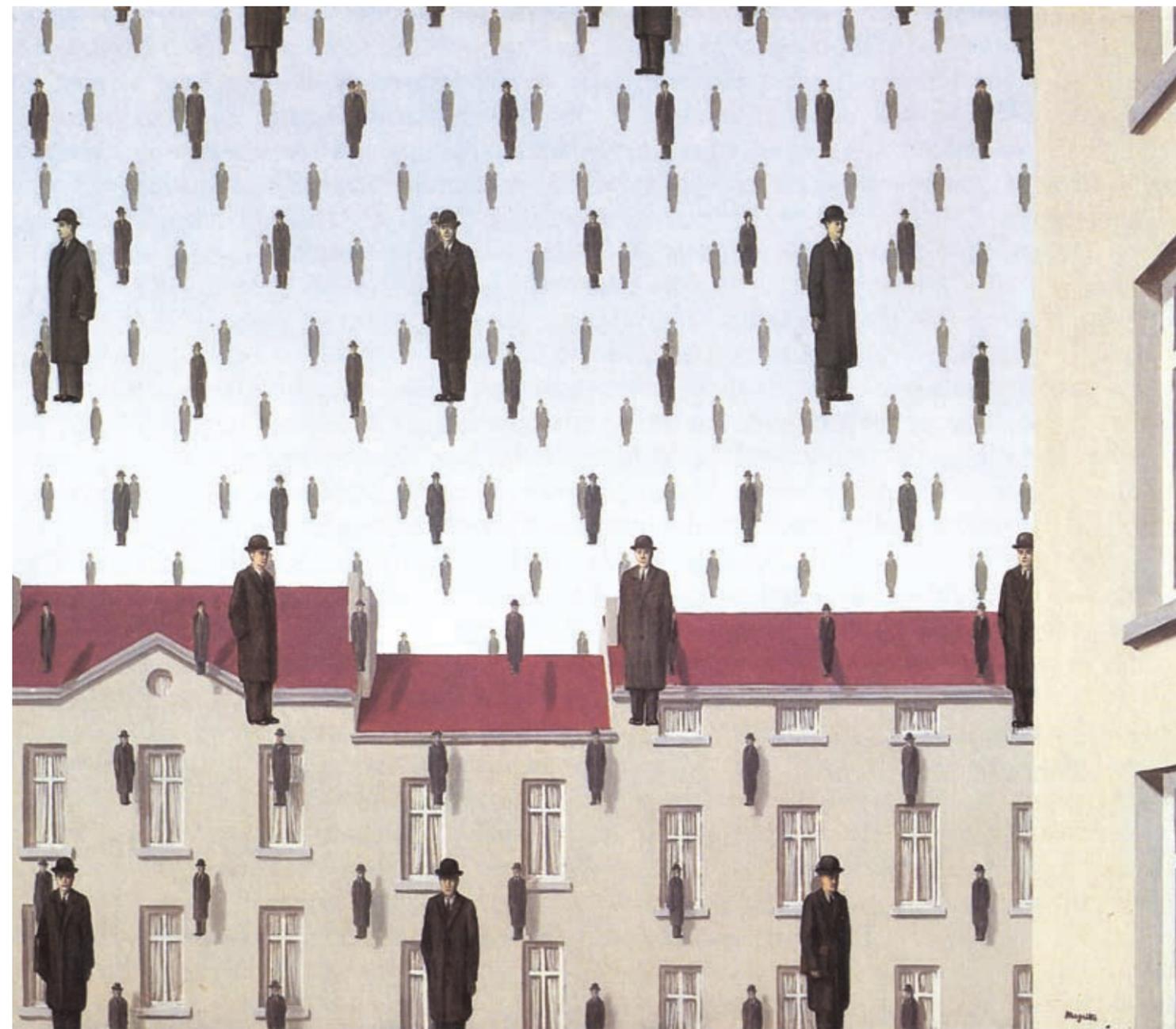
O Ordenamento Jurídico, que é a disposição hierárquica das normas, esbarra em condutas juridicamente relevantes que por vezes não estão disciplinadas pelo Direito e que são denominadas de Lacunas Normativas. Destacamos entre elas a dicotomia Militares X Civis.

Os Militares são Cidadãos iguais aos Civis, têm os mesmos direitos e deveres, tanto individuais como coletivos, além

de estarem submetidos às normas do Estamento Militar. A Lei Magna estabelece peremptoriamente que *“Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza”*, portanto não procede a discriminação feita aos Militares. Célebre Jurista de nosso País defendia a ideia de que a Lei deve ser feita para ser aplicada igualmente entre os desiguais, isso porque sabemos que não existem dois Cidadãos exatamente iguais. Como resolver esse problema? A resposta é simples: aplicar a Lei de forma Macro para a Sociedade e deixar a aplicação de forma micro para o Poder Judiciário.

A Lei Magna estabelece que as Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares e o artigo da Constituição que diz respeito a elas traz sempre restrições ao invés de outorgar benesses, como se fora um mal imposto pelas nossas tradições, que arrastamos desde o tempo do Brasil Reino Unido de Portugal e Algarves. As referidas Forças estão sob a autoridade suprema do Presidente da República, e se supõe que o atual ocupante do mais alto cargo do Poder Executivo olhasse para a Marinha, o Exército e a Força Aérea com a mesma simpatia com que olha para o MST, o Movimento dos sem terra, que é inclusive subsidiado pelo erário sem ter existência legal, a não ser a suspeita simpatia do Comandante Supremo das Forças Armadas (FFAA) que nega sistematicamente, recursos para estas, e ainda contingencia os que não são do erário, como são os arrecadados para os Fundos de Saúde (FUSMA, FUSEX e FUSAER).

A arrecadação legal dos Fundos de Saúde, regulamentados por Lei, tem



Magritte
Golconda

destinação própria e evidentemente é um dinheiro que pertence aos Militares e deve ser aplicado na forma da Lei. O fato de serem contingenciados fere o Ordenamento Jurídico e é em última análise, uma apropriação indébita do Governo.

Há então, um Ordenamento Jurídico que disciplina o uso e a aplicação das Leis, que é o cerne, o âmago e a parte central do nosso sistema político, que desde Montesquieu – Charles Louis de Secondat Montesquieu (1689-1775) – criou a separação dos Três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Os sistemas democráticos, como o brasileiro, estruturam

o seu Estado desse modo. O Executivo, Chefiado pelo Presidente da República, é eleito para um mandato, monta o seu ministério mediante nomeação e Governa (teoricamente) cumprindo a legislação em vigor, estabelecida pelo Legislativo, chefiado pelo Presidente do Congresso Nacional, eleito pelo Povo, para também um mandato como o que elege o Poder Executivo – que teoricamente deveria legislar e fiscalizar o cumprimento da legislação – mas se perde num emaranhado de investigações que são as CPLs (Comissões Parlamentares de Inquéritos). O Judiciário, em vários níveis concêntricos, que são as várias instâncias

ao Supremo Tribunal Federal, é nomeado por Concurso Público e é vitalício, à exceção do STF, que é nomeado pelo Presidente da República após arguição e aprovação do Senado Federal, e se preocupa em punir os maus cidadãos que infringem a legislação, ao invés de se preocupar com as inconstitucionalidades, uma vez que ele é o Guardião da Constituição Federal. Em síntese, o Legislativo faz as Leis e as fiscaliza, o Executivo as aplica e o Judiciário disciplina essa aplicação. Essa é a essência do Ordenamento Jurídico, mas tal não funciona assim; o Executivo Legisla de forma legal, editando medidas Provisórias que são le-

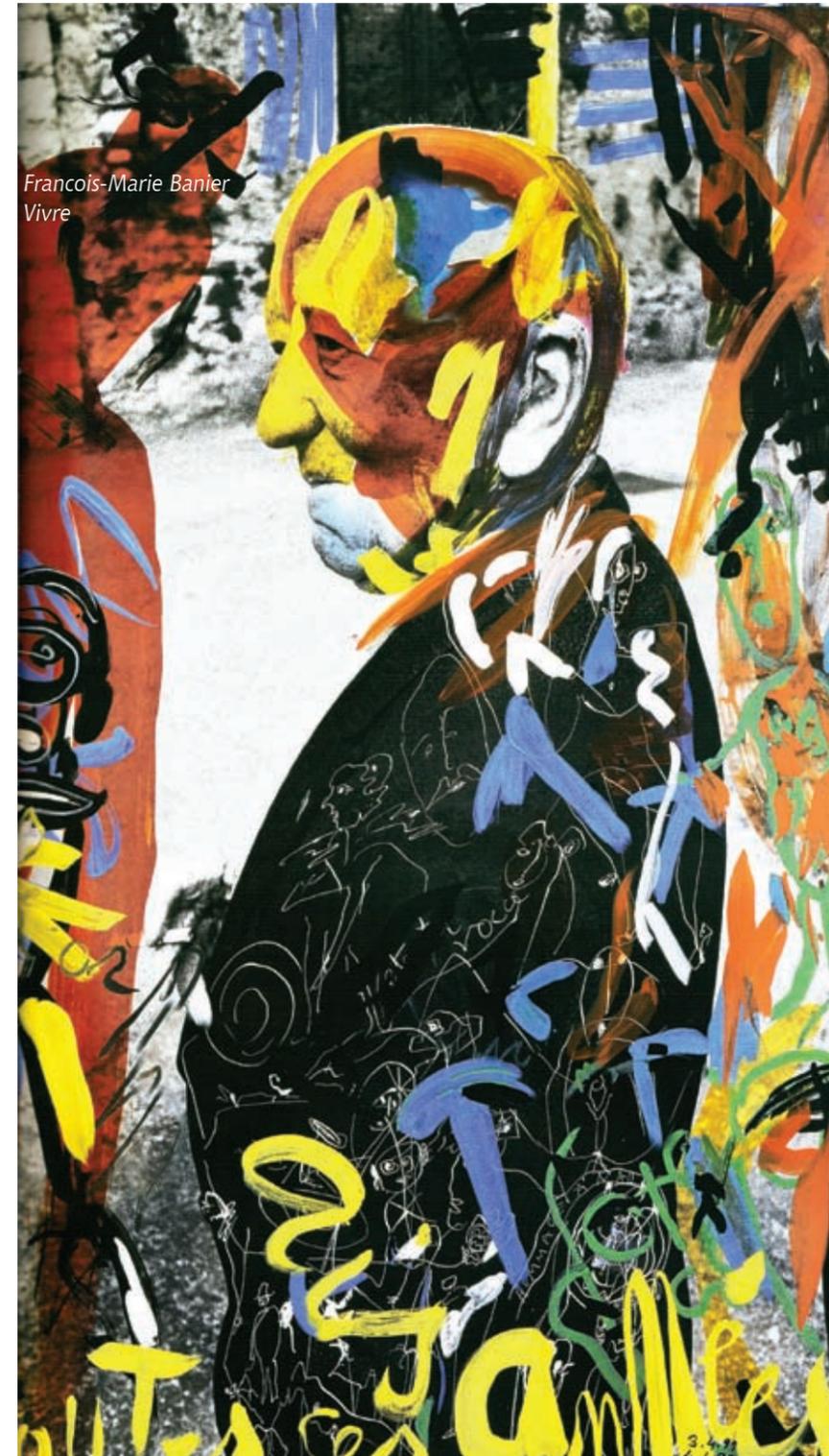
gais, porque constam da Lei Magna (artigo 62) só que requerem de forma subjetiva que tenham Urgência e Relevância, o que não acontece normalmente, demonstrando uma tendência ditatorial, no mínimo autocrática para não ser agressivo e, por isso, na mente de pessoas despreparadas ou detentoras de má formação, as MPs perdem as suas características de subjetividade dando ênfase excessiva às opiniões e às tendências emocionais dos signatários dessas MPs; aí entra a atual discriminação dos Militares, que não estão exercendo a sua cidadania de forma íntegra completa e legítima.

Os Militares, os que cumprem o perfil padrão, entram para suas respectivas Instituições formadoras mediante concurso público, após no mínimo quatro anos de Estudos, fazem um Estágio probatório, de um ano (na Marinha como Guardas Marinha) a seis meses (no Exército e na Força Aérea como Aspirantes a Oficial) para serem declarados Oficiais, ingressando na carreira propriamente dita, e durante um mínimo de 30 anos de efetivo serviço, conforme a Lei Complementar (Estatuto dos Militares) angariam o direito de serem transferidos para reserva, quando passam a ter direito a receberem Proventos da Inatividade. Essa situação é regulada por lei complementar, que por definição é *“Preceito legal destinado a complementar a Constituição, sem, contudo alterá-la. É a própria Carta Magna que determina a complementação do seu texto através desta espécie de Lei”*. Por outro lado, os Vencimentos devidos mensalmente ao pessoal ainda em Serviço Ativo e os Proventos também devidos mensalmente ao Pessoal, da Reserva/

COERÊNCIAS E INCOERÊNCIAS



Raul Galbarro Vianna
Cel Av



Francois-Marie Banier
Vivre

Reformados, e às Pensionistas, herdeiras dos Militares, que descontaram no período em que estavam vivos, a Pensão Militar para as Viúvas, o complemento de 7,5% para contemplar as Filhas, são regulamentadas de forma concreta por Lei Ordinária daquilo que a Lei Complementar, Estatuto dos Militares, esteio do Estamento Militar, de forma abstrata o faz. Lei Ordinária é a Lei padrão elaborada pelo Legislativo e sancionada pelo Executivo, e é hierarquicamente inferior a Lei Complementar, e pode ser modificada, alterada ou mesmo extinta, mas somente por outra Lei Ordinária, que venha regulamentar a mesma matéria da lei modificada, alterada ou mesmo extinta. O processo legislativo (artigo 59-CF/88) compreende que a elaboração de Leis estabelece a seguinte hierarquia legislativa: I – Emendas à Constituição; II – Leis Complementares; III – Leis Ordinárias; IV – Leis Delegadas; V – Medidas Provisórias; VI – Decretos Legislativos; e VII – Resoluções.

Assim, as idéias que geram as Leis, estabelecem um sentido, de cima para baixo, para que, partindo do abstrato, que é a faculdade de pensar logicamente num processo mental que concentra as ideias, a fim de executá-las concretamente. É por isso que o Ordenamento Jurídico determina o sentido de cima para baixo e não permite o contrário, a Lei superior sempre se superpõe à Lei inferior. O Estatuto dos Militares, é uma Lei Complementar e concentra as idéias, sobre a carreira dos Militares, e as diversas Leis Ordinárias, como a Lei de Remuneração dos Militares estabelece como o pagamento de vencimentos, proventos da inatividade e Pensões que devem ser pagos.

Através do Direito, como ordenador de condutas, que cada ser humano cedeu um pouco da sua liberdade para conceder ao Estado e dele receber como contrapartida Segurança e Garantia dos seus Direitos Políticos, mas tudo dentro dos limites do Poder do Estado, e a nossa Carta Magna estabelece que “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de Lei”, é que os Militares se

vêm discriminados no exercício da sua Cidadania, porque estão sendo comandados por Medidas Provisórias, as MPs, que há muito deixaram de ser provisórias.

No rol das Leis e da respectiva hierarquia, as MPs (Medidas Provisórias) vêm em quinto lugar, abaixo das Emendas à Constituição, das Leis Complementares, das Leis Ordinárias, das Leis Delegadas, se situando apenas, sobre os Decretos Legislativos e das Resoluções, esse esdrúxulo e insólito tratamento dado aos Militares, em que o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, seguido pelo atual Luis Inácio Lula da Silva, deu e dá aos Militares não é Adequado nem Aceitável, sendo Exequível porque sempre contou com a anuência dos Chefes Militares. Dentro duma esquisita acepção de que o “*inimigo mora dentro de casa*”, foi assim que FHC prolatou a MP 2131, exaustivamente reeditada até a MP 2215-10 que por arte e engenho de FHC e do Sr. Aécio Neves, à época Presidente da Câmara dos Deputados, apesar de ter um relator nomeado e atuante, o Senador Romeu Tuma, não precisou mais da homologação do Congresso, prevalecendo a vontade de FHC, que modificou a Lei Complementar (Estatuto dos Militares) e a Lei de Remuneração dos Militares com um dispositivo legislativo legal, constitucional, que é a Medida Provisória (MP), mas que implica no discernimento de ser urgente e relevante e o atual Presidente carente de muitas coisas e uma delas é exatamente essa de não saber o que é relevante e urgente.

Até 2000, os Militares, por alguma razão, ao serem transferidos para a Reserva ou Reformados, o eram por meio de Decreto assinado pelo Presidente da República. Nesse decreto eram alinhados o que o Militar tinha deixado de fazer ou feito, na sua Carreira em função do Estatuto dos Militares, que não custa lembrar que é uma Lei Complementar. Em função disso, o órgão competente da Força expediria o Título de Declaração de Proventos da Inatividade, que correlacionava os dados do Decreto de Transferência para Inatividade, verificando quanto o transferido iria

fazer jus em termos pecuniários da sua Inatividade. Era instituída, então, a sua estrutura remuneratória. Com o advento da MP 2131 tudo isso, sem haver nenhuma menção, contrariando o Ordenamento Jurídico, foi, não só, rescindido o Decreto de Transferência, como o Título de Declaração de Proventos da Inatividade, agindo a referida MP retroativamente à data da Transferência da Reserva, cujos termos eram abraçados pela Cláusula Pétreia do Direito Adquirido (Artigo 5º inciso XXXVI) sendo o ato jurídico determinante assinado pelo então Presidente da República ser legítimo, era ser inferior hierarquicamente a Lei Ordinária da Remuneração dos Militares, da Lei Complementar do Estatuto dos Militares. Com relação ao Decreto de transferência para Reserva, a MP é hierarquicamente superior, mas o Decreto já havia transitado em julgado e estava acobertado pelo Direito Adquirido, expresso da seguinte maneira: “*A Lei não prejudicará o Direito Adquirido, o Ato Jurídico perfeito e a Coisa Julgada*”. A Transferência para Reserva/Reforma explicitada por Decretos Nominados Individualmente, são um Ato Jurídico Perfeito, por serem calcados numa Lei Complementar, em pleno vigor, regulamentados pela Lei Ordinária da Remuneração dos Militares e, por ser transitado em Julgado, é uma coisa julgada.

Por tudo acima explanado, é que os Militares estão com o seu exercício cidadania viciados e deturpados, porque o Governo não cumpre com o Ordenamento Jurídico. Os militares não são cidadãos de segunda Classe, são cidadãos idênticos aos cidadãos civis. Aliás, podemos afirmar que existe na sociedade brasileira uma única Classe, a dos cidadãos brasileiros, e que nós (militares) temos o direito de exigir igual tratamento Político.

Resumindo, há necessidade premente que o Legislativo legisle e fiscalize as Leis, que o Executivo execute as Leis e que o Judiciário solve as pendências que porventura surjam e que o Ordenamento Jurídico seja respeitado e cumprido ■

Foge ao raciocínio lógico e à compreensão de qualquer pessoa tida como normal, os atos, fatos e episódios que seguidamente assistimos, lemos e ouvimos proporcionados por personagens da cúpula de nosso governo, mormente na área da diplomacia. É algo preocupante o alto índice de incoerências cometidas e que considerável parcela de nossa sociedade assiste passivamente numa letargia coletiva, como se nada de nocivo pudesse advir no campo interno.

É sabido que nosso chanceler Amorim segue rigorosamente a linha de pensamento do presidente – e não poderia ser de outra forma. O que espanta, contudo, é a evidente, e às vezes catastrófica, falta de diálogo entre ambos. Lembremos alguns acontecimentos lamentáveis que nos levam a aprofundar a meditação a respeito.

Nosso presidente se recusa a criticar a conduta autoritária do amigo Hugo Chavez e, no entanto, critica veementemente as eleições democráticas ocorridas em Honduras, enquanto simultaneamente defende a eleição fraudada de Mahmoud Ahmadinejad no Irã.

Como exercício de memória, é sempre bom lembrarmos – e não faz tanto tempo assim – o evento da expropriação das instalações de exploração e produção de gás da Petrobras pela Bolívia, ocasião em que o “companheirismo” ideológico manifestado ao então recém-eleito Evo Morales prevaleceu sobre os interesses nacionais, culminando com um ridículo e desprezível tratamento dado a tão ultrajante episódio.

Por outro lado, “por coerência”, dispensa a Cuba tratamento diferenciado, como se não fosse uma ditadura stalinista que executa dissidentes (ou “bandidos”, como declarou), comparando ainda sua Justiça com o nosso sistema judiciário, e afirma: “*Temos de respeitar a decisão da Justiça e do governo cubano ao prender pessoas em função da legislação de Cuba, como quero que respeitem a do Brasil*”.

E prossegue: “*Gostaria que não ocorresse prisão de presos políticos, mas não posso questionar as razões pelas quais Cuba os prendeu, como não quero que Cuba questione as razões pelas quais há presos no Brasil*”.

“*Greve de fome não pode ser utilizada como pretexto de direitos humanos para libertar pessoas*.”

“*Aprendi a não dar palpite na vida dos outros*”, referindo-se a assuntos internos de outros países.

É um festival de incoerências e insensatez.

É inconcebível e inaceitável o seu posicionamento estático e a mudez diante da morte do dissidente Orlando Zapata Tamayo, após 85 dias de greve de fome, afirmando ainda que “não recebeu a carta dos dissidentes”, no velho e conhecido estilo “não sei de nada”, “não vi nada”. Ao mesmo tempo, insiste na aproximação com a ditadura teocrática de Ahmadinejad.

É incoerência extrema o discurso de não interferir na decisão da justiça cubana e entretanto “atropelar” a decisão da justiça italiana em relação ao terrorista Cesare Battisti.

Maior incoerência ainda é afirmar que não interfere em assuntos internos de outro país, mas no caso de Honduras se apegar a um “legalismo” radical, repudiando a busca de solução para o impasse, a ponto de escancarar as portas de nossa embaixada em Tegucigalpa, ao passo que em Havana nossa embaixada não quis receber uma comissão de dissidentes.

A próxima vítima deverá ser Guillermo Fariñas, que iniciou greve de fome na cidade de Santa Clara e que, provavelmente, terá o mesmo destino de Zapata.

São rotineiramente incoerentes e contraditórios seus discursos e posicionamentos. Afinal, se diz democrata, mas aceita e apóia a ditadura cubana. Não faz sentido. Se ele é de fato democrata, não pode nem deve concordar com a realidade cubana. E, se concorda, não tem a mínima idéia do que é democracia. Ou, o que é pior, trata-se de entendimento conceitual totalmente equivocado.

Por oportuno (ante a afronta à democracia e a desfaçatez de suas fotos sorridentes com os irmãos Castro), como crer na seriedade da instituição da Comissão da Verdade do PNDH-3, que pretende resgatar – sob a ótica do “direito à memória e à verdade” – violações aos direitos humanos durante a “ditadura militar”, mas que apresenta em seu arcabouço restrições à liberdade individual e características ditatoriais? Há moral para isso?

Em ato recente – face a pressão de vários segmentos da sociedade – introduziu algumas alterações no referido plano; contudo foi mantido o espírito revanchista, uma vez que não foram considerados os direitos humanos violados pelas organizações terroristas em ações de sequestro, explosão de carrosbomba e bombas em lugares públicos, assaltos a bancos e residências que ocasionaram mutilações e mortes sem que se cogitasse de sequer uma única vítima receber qualquer tipo de ressarcimento.

Em ano eleitoral recende a um recuo estratégico, configurado nas palavras de um deputado da própria base governista que afirma: “*A decisão do STF não é um ponto final e não encerra o debate sobre o alcance da anistia*.”

Não é coerente nem razoável internamente divulgar com estardalhaço um plano de defesa dos direitos humanos enquanto externamente apóia e se alia a quem desrespeita dois dos mais sagrados e elementares desses direitos, quais sejam o de viver e o de livre expressão.

Ainda na contramão do discurso de não interferência em assuntos dos outros, se oferece ostensivamente para mediar a complicada situação no Oriente Médio em visitas feitas a Israel, “mordendo e assoprando”, e ao Irã (que apregoa a necessidade de varrer o outro do mapa). Sem entrar no mérito das razões de cada parte, como pode uma mente ditatorial, de discurso democrático – haja vista seu irrestrito apoio aos irmãos Castro e ao amigo Hugo Chavez, todos conhecidos e reconhecidos corifeus liberticidas – se arvorar de mediador em um quadro sumamente complexo, que compreende e envolve em seu universo vários países com pendências bíblicas arraigadas e heranças atávicas religiosas e culturais, em que personalidades conspícuas não conseguiram, ao longo dos anos, estabelecer uma solução ou mesmo uma equação de vida satisfatória, estável e duradoura? Seria o espantoso fenômeno de surgimento de um raro asianólogo, “como nunca antes na história ‘desse país’”? Nessa pretensa mediação há isenção e conhecimento de causa suficientes para tanto, uma vez que um dos pressupostos básicos para esse papel é o senso de neutralidade?

Aparentemente, não. Forte indício é a nova e mais recente visita que fez ao Irã, onde chegou em 15 de maio – justamente um dia após a data em que, há 62 anos, David Ben Gurion declarava a independência do Estado de Israel. Coincidência, ironia da vida ou provocação?

A insistência em não ouvir analistas de credibilidade – que advertem quanto à extensão das sanções internacionais contra o Irã atingirem o Brasil via empresas nossas que lá atuam nos ramos financeiro, petrolífero e de construção – faz-nos crer que deverá desempenhar o papel de inocente útil na protelação das sanções internacionais, cujo maior sinal foi o ceticismo das reações de Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha e Rússia ante o acordo que assinaram Brasil, Irã e Turquia. Há razões para tanto pois, tão logo assinado o documento, o Irã declara abertamente que continuará a enriquecer urânio a 20%.

Não há credibilidade em relação a esse país, que sempre resistiu às exigências da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) quanto à abertura de seu programa a qualquer inspeção, levando a suspeita de querer ganhar tempo para o desenvolvimento de armas nucleares. Paralelamente, vem testando misseis de alcance cada vez maior, que podem atingir pontos distantes conduzindo artefato nuclear. O desfecho? Só o tempo dirá.

Contudo, os “escorregões” na diplomacia externa não param por aí. Por ocasião da visita da secretária de Estado americana Hillary Clinton ao Brasil, no início de março, nosso presidente disse que o Brasil precisa se livrar do complexo de “vira-latas” e não pode ser tratado como “um lixo”, ao externar que, no início, não era sua intenção recebê-la oficialmente, por questão de hierarquia, afirmando que essa atitude “é o típico exemplo de subserviência” e que o posicionaria como um inexpressivo fâmulos. E completou: “*só a recebi por deferência ao ministro Celso Amorim*” (que pedira o encontro). Não seria, ao contrário, uma demonstração – aliás injustificável – de complexo de superioridade e de superpotência, a par de acentuada dose de arrogância? E a alegada questão de hierarquia? Não quer recebê-la, mas o ministro (ou guru?) acha que deve e ele a recebe. A propósito, ela fora recebida

recentemente por Cristina Kirchner, Michele Bachelet e George Papandreou, mandatários de Argentina, Chile e Grécia – “republichetas bem inferiores ao país de todos”. Mas sem complexos, é claro!

Como aceitar que um operário que sempre se orgulhou de ser dissidente considere “bandidos” os dissidentes do regime cubano? Seria um paradoxo ou uma demonstração de autêntico farisaísmo?

Por fim, veio a demonstrar total insensatez ao achincalhar a justiça eleitoral – que lhe impusera multa – chegando mesmo a estimular a rebeldia pelo mau exemplo de sua atitude quando, em tom de chalaça, publicamente, afirmou que era necessário “acabar com esse negócio de um juiz dizer o que a gente pode ou não pode fazer”, esquecendo-se de sua condição de presidente da república – e sendo assim, um cidadão – e que a lei é para todos. Passado algum tempo, volta a desrespeitar e desafiar a justiça eleitoral, fazendo acintosa campanha de sua candidata em programa do partido, corroborando a máxima do “país da impunidade”, onde tudo vale, num verdadeiro escárnio do Judiciário. Será que essa reincidência de conduta decorre do fato de se considerar acima do bem, do mal e da lei? Seja como for, essa postura não condiz com o que exige e impõe a liturgia do cargo.

Analisando todas essas ações e atitudes aqui citadas, “estamos convencidos de que” elas devam ter contribuído como subsídios consistentes o suficiente para que Moisés Naim, editor da respeitada revista de assuntos internacionais *Foreign Policy*, escrevesse um artigo no qual atribui ao nosso presidente o título de “um dos cinco grandes hipócritas de 2009”.

Diante de tudo o que foi exposto, fica a triste realidade de um acervo de páginas negras incontestáveis compondo parte do currículo nebuloso de quem é tido e assumido como “o cara” ■



BAC ONE ELEVEN

Tarso Magnus da Cunha Frota

Brig Ar

Membro do Grupo de Estudos

tarsorj@terra.com.br

O precursor da Aviação Militar de Transporte à jato

À frente da aeronave está a tripulação que realizou o voo de traslado Londres-Rio (da esq. para a dir.: Ten Cel Av Gerseh Nerval Barbosa (Cmt); Maj Av Tarso Magnus da Cunha Frota; Maj Esp Cassio R. Carneiro; Maj Av Mauro de Miranda Gandra; Maj Esp Farid Chede; Cap Av Ivan Von Trompowsky Douat Taulois; Cap Esp Eder A. da Fonseca Martins; SO Ubiçajara Mourão de Oliveira e Sargento José Agostinho Neto

O avião Bac One-Eleven, do Grupo de Transporte Especial, recentemente adquirido na Inglaterra para uso da Presidência da República, acaba de bater o recorde de Bi-Reator da travessia do Atlântico Sul, entre a Ilha do Sal e Recife, (3 horas e 50 minutos). A Aeronave da Força Aérea Brasileira tinha como tripulantes os Tenentes-Coronéis Gerseh Nerval Barbosa e Tarso Magnus da Cunha Frota, Major Mauro José de Miranda Gandra e o Capitão Ivan Von Trompowsky Tulois.



Enciumado por essa informação jornalística, publicada na imprensa no final do ano de 1968, aqui estamos ávidos de relembra o épico voou que na sua essência configurou o coroamento de treinamento na Inglaterra de Pilotos e Especialistas do Grupo de Transporte Especial, que retomavam com o galardão de operar a primeira aeronave de transporte a jato na nossa Força Aérea.

Essa notícia traz, na sua essência, a permanente preocupação da nossa Aeronáutica em manter em alto nível técnico o seu efetivo operacional.

Soa claro que o BAC One-Eleven foi a marca de um grande passo no campo de apoio aos deslocamentos de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, no espaço aéreo nacional e além fronteiras.

Foram aproximadamente oito meses

de treinamento no Reino Unido, junto à fábrica do novo jato, que possibilitou, aos tripulantes do GTE, o conhecimento que se fazia necessário para a correta operação do Bac One Eleven nas atividades a que estava destinado.

Há de se ressaltar que a operacionalidade da aeronave passou a ser analisada sob a ótica da tecnologia e profissionalização, face à nova modalidade do desempe-

nho em jato puro nos deslocamentos nas aerovias superiores. Na chegada à sede do GTE, em Brasília, foram ativados cursos da novel aeronave, dentro dos padrões adquiridos na passagem pela fabricante inglesa.

Como se vê, o BAC ensejou renovações no contexto da formação de pilotos, inaugurando a era de “simulador” nos treinamentos das tripulações.

Ao lado da simulação, emergiu a doutrina de cabine, elevando o desempenho da atividade do piloto e do co-piloto que passaram a ter um novo comportamento na condução da aeronave, em moldes mais avançados, melhorando a segurança nas operações.

Hoje, com olhar de muita saudade, sinto-me orgulhoso de ter sido parte deste contexto, que deixou uma marca de progresso na vida do GTE, unidade orgulho da nossa Força Aérea, que tem como missão o atendimento ao Poder Executivo, o que realmente sempre o vem fazendo com altíssima eficiência.

A oportunidade que nos foi concedida

em treinar, transportar e operar o BAC, fica gravada na satisfação de termos cumprido a missão que nos foi atribuída.

Já se passaram mais de quarenta anos, e ao voltarmos os olhos para as atividades do GTE, resta-nos um pouco de orgulho ao recordar que um dia, em passado um tanto distante, Gerseh, Gandra, Trompowsky e este comentarista, juntamente com a equipe de especialistas, deram um pouco de si na pauta do engajamento nos vôos do transporte militar das novas aeronaves de jato puro, no dia-a-dia do GTE.

Há de se dizer que o Cel Gerseh já nos deixou, mas o Ten Brig Gandra e o Cel Trompowsky continuam com o entusiasmo que sempre fez parte das atividades destes preadados companheiros, que até os dias de hoje, são exemplos de dedicação e amor à Força Aérea.

O Ten Brig Gandra foi nosso Ministro, onde se conduziu com muita proficiência e dedicação à Aeronáutica, mantendo-se atualizado em assuntos ligados à Aviação, proferindo palestras, como é noticiado pela imprensa, em grupos interessados em

manter vivo conhecimentos das atividades Aeronáuticas.

Já o Cel Trompowsky chega até nós com seus artigos publicados na **Revista Aeronáutica**, onde mostra uma facilidade muito grande em “contar histórias”, sendo um mestre no discorrer de suas matérias. Aos demais tripulantes minhas homenagens, certo de que onde eles estiverem, serão como sempre o foram, a grande marca do excepcional desempenho do BAC no seio do GTE.

Ao GTE, que nos deu esta incomensurável oportunidade e, pessoalmente, convivendo com a “terrível dúvida” de me considerar “uma águia velha ou uma velha águia”, deixo aqui o meu tributo de gratidão, pela experiência inolvidável adquirida no campo operacional e pelo “eterno companheirismo” que acompanhou o pessoal envolvido nos oito meses distantes do Brasil, comportamento este que, mais uma vez, adjudicou o velho e tradicional jargão da nossa Força Aérea, que todos temos no âmago das nossas almas:

A ESQUADRILHA É UM PUNHADO DE AMIGOS! ■

Naquele verão de 1968, em um lugarejo bucólico de nome Surrey (Cary Grant nascera ali), distante 30 minutos de trem da Estação de Waterloo, dois grupos se destacavam entre os moradores locais: os Beatles (fabfour), e a família de Mello Fortes.

Leitor, eu vou deixar perguntas no ar.

Quem deu mais festas? Quem conseguia reunir mais amigos e convidados? Quem conseguiu, no açougue local, um bode, para fazer um guisado com batatas coradas?

Aposte em Mello Fortes. Todas as suas fichas!

Arataca, piauiense, baixo, barrigudinho e muito inteligente. Os aratacas são inteligentes!

Foi piloto de A-20 (pilotagem), nos anos cinquenta, em Cumbica.

Ele estava ali, para receber duas aeronaves, BAC One-Eleven.

CONFIREM.

Eram os "Lulaer" da época!

E nós, quatro pilotos, para trasladarmos: Gerseh, Cunha Frota, Gandra e eu.

Em um sábado, ele nos leva a um hotel, nos arredores de Surrey, um Pub, para ser mais exato.

Ao lado de uma pequena floresta, uma porcaria de floresta.

Mas não para ele.

– "Vocês sabem o nome dessa floresta?"

– "Chama-se Sherwood. Nela, Robin Wood e seu bando (tinha um padre com uma barriga enorme, de bebedor de cerveja), assaltavam os nobres, e dividiam o butim com os pobres".

Esse filme que ele havia assistido (com Errol Flynn e Olivia de Havilland), no início dos anos quarenta, em Teresina, era colorido.

E ele conseguia contar colorido!

Era um "dom" de Mello Fortes, contador de histórias!

E ele ia falando, enquanto cruzava portas e corredores, até chegar a um local agradável, acolhedor.

Um Pub.

Uma sala ampla, mesas, cadeiras, bastante gente. Animado.

Ele se dirige ao balcão. Nele, uma linda moça (polonesa), distribuindo sorrisos e simpatia.



A MÃE QUE ENSINAVA O FILHO A VOAR

Eu juro que tenho essa imagem. Em um inglês vagabundo, piauiense, carregado de "segundas intenções", ele diz:

– "Hello!"

Mas ele morreu. É assim. A fila anda!

Mas antes, ele foi piloto da Transbrasil Comandante.

Ele e seus dois filhos. Comandantes. (A TV fez reportagem sobre a família voar junto).

Eu fiz um voo com ele (Brasília-Rio).

Me levou para a cabine. A aeromoça nos trouxe café. Quando ela saiu da cabine, ele disse:

– "Viu que bundinha linda, Trompowsky?"

– "Vi. Uma pintura!"

Mas ele morreu. Teve um AVC, e morreu em São Paulo.

E seria enterrado em Brasília.

Iria no voo das 13h. Atrasou. A liberação do corpo sempre atrasa.

O Chefe de Operações da Transbrasil, no aeroporto.

– "Comandante, já esperamos 1h. Podemos decolar?"

– "Não, vamos esperar Mello Fortes!"

Esse não, tem um efeito dominó. Essa aeronave vai a Manaus. Esse não, retarda três, quatro horas a decolagem de Manaus.

O corpo chega. Muito tempo depois.

Acompanhado pelos filhos.

– "Vocês vão levar seu pai". (Os pilotos escalados foram de "saco" até Brasília).

Na realidade, o Pub estava cheio. E animado.

A explicação é fácil. Ao lado, havia um aeródromo, com uma Escola de Aviação.

E hoje, o dia do voo solo.

Os jovens pilotos felizes. O 1º voo.

Eram uns oito ou dez. Não tenho muita certeza.

Leitor, leitora, essa é a parte mais difícil desse conto.

Eu terei que levá-los para esse momento mágico, único, complicado, de um voo solo.

O menino, o jovem, num estalar de dedos, ele torna-se o senhor dos mundos. O dono!

Lá embaixo, nos pequeninos vilarejos, nas grandes cidades, os amores, as tragédias, o trânsito, a sujeira.

Num centésimo de segundo, ele ganha o horizonte. As nuvens. O "sem fim!"

Eu torço para que eu possa transportá-los para esse mundo mágico, de poucos.

Aí, vocês entenderão o final dessa história!

Muitos "pints". E cada um contou uma "mentira".

– "O motor "tossiu", eu troquei os tan-

ques, comandi a bomba manual, e o motor pegou novamente".

Ninguém fez um comentário. Bacana. Ele "pegou" a pane!

A jovem polonesa foi "cantada", "decan-tada" pelos jovens pilotos. E também pelos "não tão jovens" pilotos.

Todos estávamos felizes. E saímos. Trôpegos. Um grupo. Dezoito, vinte. A porta dava para um estacionamento de carros. Ao lado, árvores frondosas.

Alguém viu, e chamou a atenção.

Uma mãe ensinando seu filho a voar!

Era um gramado. Ela nervosa. Ela grandão. As pernas enormes. As penas nascendo. Entremeadas por plumagens brancas. Algodões. Ela o alinhava em direção à decolagem.

Ele curioso, olhava para trás, para o nosso grupo.

Ela lhe deu umas beliscadas. Nervosa.

– "Presta atenção, menino. Olha prá frente!"

Ele tentou a primeira vez. Estava "na cara" que não ia conseguir.

Levantava muito a cabeça. E também esticava muito as pernas.

As asas totalmente abertas. Desequilibrado. Fracasso.

Bateu as asas, muito rápido, não sustentou-se e caiu.

Sob impropérios da mãe!

– "Não levante tanto a cabeça. Mantenha abaixada. Não estique as pernas. CORRA. Corra bastante. Velocidade!"

Eu estou contando e esqueci do grupo. Quietos. Tensos. Todos daquele grupo conheciam esse momento.

É assim. É pegar ou largar!

Ela o alinhava novamente. Ele agora estava com as pernas encolhidas. A cabeça baixa. Para frente. Ele começou a correr. Mantinha as asas com abertura suficiente para o equilíbrio.

Deu um primeiro salto, bateu as asas muito rapidamente, e voltou ao solo.

Continuou a correr, com a mãe ao lado incentivando. E voou. As asas buscaram o ar. E conseguiram pegá-lo. Suavemente. E foi subindo. É gostoso. Fez uma curva ascendente à direita, linda.

Alguém do grupo gritou um "puta que pariu" em inglês.

Todos aplaudimos!

No topo da curva, ele girou com pouca velocidade em direção a umas árvores frondosas na lateral do campo. Embalando. Seguido pela mãe, gritando:

– "Cuidado!" Não voe muito próximo das árvores!"

Uma mãe.

Enquanto viver, aquela porcaria desengonçada, com penugens brancas ainda aflorando, será sua vida.

– É assim. Nós fazemos. É gostoso. E elas cuidam.

O pai, com certeza, estava em algum Pub, aproveitando sobras de "Fish and Ships" nas mesas que colocam durante o verão no lado de fora.

Como nós, enchendo a cara nos Pubs! Alguém do grupo disse:

– "A última antes da estrada é minha!"

Todos festejamos.

– "Hurra! Hurra!"

E nós voltamos (coitada da jovem polonesa).

Antes de cruzar a porta, eu parei e o procurei. Não o encontrei mais. O mundo é muito grande. E ele estava começando a conhecê-lo.

E lá dentro cantamos:

"MELLOFORTIS" is a jolly good fellow
MELLOFORTIS" is a jolly good fellow
Cus he's a jolly good fellows
And so say all of us!"

Bons tempos aqueles!

À la chasse! ■

UMA CENA CHOCANTE

A Base Aérea de Cumbica estava de luto!

No sábado, dia 18 de setembro de 1965, falecera num acidente com um RB-25J, o 1º Ten Av Mário Luís Figueirôa, o piloto mais voado daquele ano, do 1º/10º Grupo de Aviação.

Somente na terça-feira, o corpo fora localizado e resgatado do fundo da represa de Barra Bonita, próximo a Botucatu, no Estado de São Paulo.

Eram cerca de 13h de quarta-feira dia 22 de setembro. O céu azul pós-frontal, parecia saudar aquele indomável piloto cujo corpo estava sendo transportado no bombay de um RB-25J integrante de uma esquadrilha que, há poucos minutos, decolara com destino a Aracaju onde o Ten Figueirôa seria enterrado.

Estávamos, o 2º Ten Av Volmar Villar, do 2º/10º GAv, o 2º Ten Av Luiz

Carlos Rodriguez Rodriguez e eu, ambos do 1º/10ºGAv, parados no pátio de estacionamento de aeronaves, próximos à Torre de Controle, distraídos, conversando sobre o recente acidente e preocupados com o estado de saúde dos sobreviventes. Filosofávamos e contávamos histórias sobre o Ten Figueirôa, enquanto um helicóptero H-13H, do 2º/10ºGAv, estava um pouco adiante, na nossa frente, na área dos “quadrados”, fazendo um treinamento de auto-rotação no voo pairado. Subia um pouco, até cerca de um metro, reduzia o motor e pousava. Assim, repetidamente.

Naquela época, o curso de formação de pilotos de helicópteros era de responsabilidade do 2º/10º GAv.

Repentinamente, o helicóptero inclinou-se acentuadamente para a esquerda. O rotor principal tocou o solo, levantou uma

cortina de poeira e, dentro dela vimos fogo. Muito fogo!

Começamos, os três, correr em direção ao acidente, quando enxergamos os dois tripulantes saindo da aeronave. Os dois eram uma fogueira imensa.

O Ten Villar, piloto de helicóptero e de busca e salvamento, teve o reflexo de gritar para os pilotos jogarem-se no chão.

Um deles fez isso, jogou-se no chão e rolou sobre o seu corpo, conseguindo apagar o fogo.

O outro continuou correndo. Pelo caminho que tomamos, esse ficou mais perto de mim. Dirigi-me a ele, que continuava com chamas de mais de um metro acima de sua cabeça. Interceptei-o e consegui derrubá-lo e tentei apagar as chamas abafando-as com meu corpo. Não consegui. O calor era muito forte. Usando a força que Deus me deu, arran-

Ilustração Rudnei



quei seu macacão em chamas após tentar, inutilmente, abrir o zíper. Partes do macacão, ainda queimando, saíram com pedaços de carne, que se despegavam do corpo, agora jazendo de costas sobre a grama, que também queimava.

Deitado, o identifiquei. Era o Cap Av Mafra, nosso ex-instrutor de Educação Física, na Escola de Aeronáutica, no Campo dos Afonsos.

O instrutor era o Cap Av Fávero do 2º/10º GAv.

O Cap Mafra estava com dores terríveis e falava desesperadamente. Algumas frases eram dirigidas a sua esposa. Pedia-me para transmitir a ela. Fazia observações sobre a dificuldade que tive para tirar seu macacão. Recomendava que o uniforme de voo deveria ser composto por duas peças. Deu-me o telefone da esposa, pedindo-me para

dizer-lhe que estava pensando nela naquele momento. Balbuciava outras tantas frases coerentes ou não.

A cena era dantesca!

O Cap Mafra apresentava queimaduras em quase todo o seu corpo com exceção da face e da região genital. A ambulância chegou e, auxiliado pelo Cb Queirós, coloquei o Cap Mafra na maca. O médico, Ten Lindenberg, e os enfermeiros colocaram o ferido na ambulância. Nesse instante, ele deu um grito muito forte e entrou em choque.

No chão, onde ele estivera caído, havia, nitidamente, a silhueta de um homem, de braços abertos, na grama queimada.

Fui para o vestiário do Esquadrão e, só então, percebi que estava com minha camisa rasgada e meu corpo, todo, estava tomado de um cheiro adocicado e enjoativo de carne queimada.

Uma forte emoção tomou conta de mim. Chorei!

Da mesma forma os Ten Rodriguez e Ten Villar cuidaram do Cap Fávero.

O ocorrido foi o seguinte. Durante o pouso em auto-rotação, o esqui esquerdo do helicóptero quebrou. O rotor principal tocou o solo, dobrou e, girando excentricamente, cortou o *plexiglass* da “bolha” (cabine) e o tanque esquerdo de combustível, que ficava atrás e acima dos pilotos. Eles e o motor levaram um banho de gasolina 100. O incêndio ocorreu instantaneamente.

Os acidentados foram levados para o pavilhão de queimados do Hospital das Clínicas.

Dois dias depois, o Comandante da Base, Cel Av Stétison, determinou que fôssemos, Rodriguez, Villar e eu, até o Hospital da Clínicas. Os acidentados queriam falar conosco.

Uma kombi nos levou até lá.

Quando entramos no quarto, encontramos os Capitães Mafra e Fávero conscientes. O Cap Mafra estava totalmente enfaixado, inclusive a cabeça, sem poder nos ver. O Cap Fávero estava, também, enfaixado, porém com a cabeça livre.

Ao nos ver, o Cap Fávero falou:

– Mafra, os meninos que salvaram nossas vidas estão aqui.

O Cap Mafra, no estado que estava, com muita dificuldade disse:

– Muito obrigado. Estamos vivos por causa de vocês.

Ficamos um pouco com eles e saímos. Estávamos profundamente emocionados.

Particularmente, essa foi a última vez que tive a oportunidade de falar com eles embora tivesse permanecido em Cumbica por mais quatro anos, onde, por algum tempo ainda, serviu o, já, Maj Fávero ■



Reinaldo Peixe Lima
Cel Av
Piloto de Caça - FZ 1969
peixelima@casaer.com.br

EU SEI QUEM É O CARA...



Foto Paulo Pereira

Maj Brig Ar Rui Barbosa Moreira Lima e Maj Brig Ar José Rebelo Meira de Vasconcelos na festa da Caça na Base Aérea de Santa Cruz em abril de 2010



Esquadrilha Azul se preparando para iniciar uma missão a partir de San Giusto Army Air Field, Pisa

Depois de muitos anos sem ir à Base Aérea de Canoas – onde servi em 1982/83 como Comandante do 2º ECA e voei no Esquadrão PAMPA – lá regresssei no dia 20 de março de 2009, para as comemorações do 62 aniversário do 1º/14º GAv. Em uma “viatura” C-97 Brasília, seguimos para Canoas, eu e mais 20 ex-pilotos do Quatorze, compondo um grupo de várias gerações e diferentes safras. Senão vejamos: estavam presentes o Brig Meira – Veterano de Guerra com mais de 90 missões de P-47 no Teatro de Operações (TO) da Itália, e ainda outros pilotos que voaram o “Tijolo”, como Brig Marion, Brig Menezes, Brig Ar Baptista (estes três privilegiados ainda chegaram a voar, também, o Gloster e o F-5). Dos tempos do Gloster, estavam presentes Brig Bajinski, Cel Jader, Cel Ajax entre outros, e dos tempos mais recentes, pilotos de TF-33, Xavante, F-103 e F-5, como Trompowsky, Póvoas e eu (também privilegiados por termos voado o Gloster em seus últimos dias).

Chegando próximo a Canoas, a primeira emoção: duas aeronaves F-5M

(a nova versão modernizada do F-5E, que, diga-se de passagem, está linda e altamente operacional) entraram na ala do Brasília, bem pertinho. Os veteranos quase foram às lágrimas. Confesso que eu passei do “quase”, e tive que colocar óculos escuros para não pagar mico. Pousamos e fomos recebidos pelo Comandante da BACO, e por todos o pilotos do 1º/14º GAv, que nos aguardavam em forma ao lado do avião.

Após um rápido cafezinho na Sala de Tráfego, fomos visitar o simulador do F-5M. Uma grande novidade para os mais antigos, e até para mim, que tive a oportunidade de implantar o simulador do F-5E na FAB. Os novos sistemas de navegação e de armamento da aeronave F-5M, com HUD e HOTAS, apesar da grande quantidade de informações apresentadas, facilitam – e muito – o trabalho do piloto. O mais interessante deste simulador é a sua capacidade de reproduzir, na sala onde se realiza o *de-briefing*, a visualização tridimensional de todas as manobras realizadas em voo, além do papo rádio, a situação dos aviões durante o lançamento dos mísseis

e o momento do tiro-canhão. A análise detalhada do voo proporcionada por este sistema, permite um aproveitamento da missão infinitamente superior ao que era obtido anteriormente.

Fiquei impressionado com o profissionalismo da “garotada” de hoje, e saí de lá achando, até, que a minha geração era um pouco esculhambada. Será? Fico um pouco na dúvida, porque nós também éramos profissionais. A impressão que tenho é que quanto mais sofisticado é o equipamento, mais profissional e dedicado o aviador tem que ser, pois qualquer bobeadas, qualquer vacilo, poderá levar a aeronave para uma situação irreversível.

Bem, o destino final neste dia era o “Teto Zero”, como é conhecida a sala de estar do Esquadrão, onde uma cervejada nos esperava, acompanhada – como não poderia deixar de ser – de um churrasco fantástico, como só os gaúchos sabem fazer. No dia seguinte, com a presença do Ten Brig Saito, Comandante da Aeronáutica e também ex-piloto do Quatorze, em uma bela solenidade – com desfile da tropa e passagem baixa de um elemento

de F-5 – foi comemorado o aniversário do esquadrão.

Vou voltar um pouco, para a reunião no “Teto Zero”: aproveitando a rara oportunidade, onde confraternizavam vários “antigos” e um bandão de “novinhos”. O Brig Menezes, Presidente da ABRA-PC, teve a boa idéia de apresentar, individualmente, cada um de nós – Veteranos e antigos pilotos de Caça – aos pilotos do Quatorze, pois com toda a certeza, a maioria de nós talvez só fosse conhecida de nome. Todos se apresentaram, contando alguma coisa sobre suas experiências na Caça. Logicamente, o Brig Meira foi o último a falar e, mais uma vez, com sua simplicidade, e com a linguagem do jovem que ele nunca deixou de ser, passou sua mensagem de experiência de vida, contando parte da história daquele grupo de jovens, a maioria com 22, 23 anos, meninos ainda, que foram para a guerra por vontade própria. Todos eram voluntários, e encararam a difícil tarefa de voar dentro do TO mais perigoso da Europa, arriscando a vida a cada decolagem, a cada missão. Voavam diariamente, atacando objetivos defendidos por uma ar-

tilharia antiaérea poderosa e precisa, onde durante o mergulho, a concentração em atingir os parâmetros de lançamento das bombas, era constantemente perturbada pela preocupação em manter as traçantes em movimento, “dançando”, porque uma traçante parada no *canopy*, queria dizer que os tiros estavam vindo na direção do olho do piloto... Muitos não regressaram.

Durante a minha vida de Caçador, presenciei algumas despedidas de pilotos mais antigos, que depois de vários anos na Aviação de Caça, passavam para a Reserva. Em alguns, cheguei a perceber a frustração de nunca terem participado de uma situação de combate real, para a qual se prepararam a vida inteira. Não que a guerra fosse desejável, mas fica sempre a dúvida: será que eu teria tido a coragem, o desprendimento, o culhão mesmo, de um Nero Moura, um Rui, um Meira, um Renato Goulart, que por vontade própria abandonaram tudo – família, mulher, filhos, a vida normal, o dia a dia de ir trabalhar e voltar para casa, sair de noite, jantar fora, etc. – para ir para a guerra? Eu, você e vários Caçadores vamos morrer sem ter esta

resposta. Eles foram e voltaram, mas suas vidas ficaram severamente marcadas. Foi uma experiência tão forte que eles nunca mais se esqueceram. Aqueles meninos rapidamente se transformaram em HOMENS, e a guerra os uniu para sempre. Infelizmente muitos já se foram, mas o exemplo ficou.

Hoje em dia, neste País, onde a escala de valores está totalmente invertida e a mediocridade é incentivada em quase todos os setores, meu pensamento se volta para os nossos antecessores, este pequeno grupo de Pilotos, brasileiros exemplares que arriscaram suas vidas e a quem a Aviação de Caça brasileira tudo deve!

A sorte e o destino me proporcionaram a honra de conhecer quase todos os Veteranos do Grupo de Caça que voltaram da guerra, e a eles devoto meu eterno respeito e admiração.

Colocando as coisas nos devidos lugares, gostaria de afirmar, com todo o respeito, o seguinte:

Brig Meira, “Você é o CARA...!”

Brig Rui, “Você é o CARA...!” ■

SURREALISMO

A tragédia no espaço sideral e os lunáticos na terra



Salvador Dalí
A persistência da memória

Bruno Pedra
Cap Av
pedra73@gmail.com

O grande navegador solitário Amyr Klink nos ensina sobre o maior dos perigos de uma viagem: “A forma mais terrível de naufrágio é não partir”. Da mesma forma, para os artistas modernistas do início do século XX, o maior perigo da expressão artística seria não romper com valores antigos e ultrapassados praticados pelos antecessores realistas e naturalistas, vindo com isso, a comprometer a livre criação. Tal liberdade, fortemente retratada no surrealismo, guarda íntima relação com os conceitos de inconsciente e consciente explorados por Nietzsche e Freud, alguns anos antes.

O quadro do norueguês Munch expõe o desespero por meio da expressão bizarra do medo, possivelmente associada ao semblante de uma múmia descoberta ou ao desconcertante poente avermelhado causado pelas imensas nuvens de cinzas vulcânicas erupcionadas do Krakatoa em 1883. No primeiro plano da tela, espantado com o que vê, e certo de que visualizava a dor embutida na natureza, o protagonista clama “O Grito” por medo, sentimento caracterizado pelo filósofo Friedrich Nietzsche como inerente ao homem inferior, escravo dos conceitos pré-estabelecidos e da moral que imobiliza. Em contrapartida, os traços abstratos, expressionistas e parcialmente surreais do pintor, aliado ao não compromisso com formas humanas realistas assemelham-se ao processo criativo do inconsciente, defendido pelo mesmo filósofo. Segundo Beneval de Oliveira (1981, p.26), o pensador alemão considera a consciência como mera superfície refletora de valores e identidades previamente determinados por um sistema de dependências enquanto as inspirações inconscientes, artisticamente próximas do surreal, seriam capazes de manifestarem livremente a instintividade, a sensibilidade e a imaginação. Assim, o dualismo dos contrários exposto na obra

de Nietzsche é também caracterizado na tela nórdica. Outro elemento nietzscheniano presente na arte de Munch é a condição dramática da expressão corporal e facial do seu personagem que, desta vez conscientemente, expressa o medo trágico. A forma amorfa expelida para tela durante uma provável catarse do autor está igualmente presente nas ilustrações da Grécia antiga, cujo pathos trágico conduz a interpretação do observador à destruição e ao caos dionisiaco descrito por Nietzsche em seu primeiro livro, *O nascimento da tragédia*. Estes mesmos elementos caóticos são descritos por outro renomado autor germânico, Sigmund Schlomo Freud, cujos escritos também contemplam as origens profundas do inconsciente.

Em sua obra acerca da psicanálise aplicada, Freud explica que uma juntada de experiências inesquecíveis é depositada no âmago do ser humano desde a infância até a fase adulta. Destas informações seriam compostas as fantasias e os desejos do homem, muitas vezes velados pela vergonha desenvolvida durante a maioridade e constantemente apresentados sob a forma de sonhos ou impulsos. O psicanalista, durante seu trabalho de interpretação dos sonhos, reconhece o princípio Heurístico, espécie de revelação criativa do indivíduo, como a continuidade entre a o sonho e a realidade, ou seja, entre o inconsciente e o consciente. Da mesma forma, a pintura de Salvador Dalí contém a fantasia fascinante dos sonhos, na ocasião, embalados pelo pesadelo da condição conflituosa dos anos que precederam a guerra civil espanhola. Em sua tela, *Construção Mole com feijões Cozidos*, o pintor espanhol salienta a face mórbida e agressiva do corpo humano em suas últimas instâncias. Retalhado e completamente surreal, aquele corpo expressa o espírito trágico e conflitante do autor, provável influência da aversão ao totalitarismo já vislumbrado no período que antecedeu à guerra. Tais características, presentes na metamorfose e transfigurações experimentadas na tinta de Dalí, é função da problemática

humana dos desejos, tal como reage o sistema psíquico e nervoso do homem aos prazeres e desprazeres, descrito por Freud. Outro indicador Freudiano presente na obra ibérica pode ser visualizado a partir do posicionamento da cabeça humana, dotada de um proeminente e alongado nariz com narinas encolhidas. Tendo em vista a escolaridade do pintor, o chamado “erro de nariz”, descrito no livro *Psicanálise da percepção artística*, de Anton Ehrenzweig, seria não um erro propriamente dito, mas um desvio anti-realista e extraordinário da natureza. Desvio este também presente em artes primitivas, cujo simbolismo sexual prevalece sobre os contornos realistas. Este aspecto da pintura é amplamente percorrido pelo psicanalista alemão ao discorrer sobre as fantasias, uma vez que a libido projetada para fora da mente inconsciente gera sublimação, fruto da pura criatividade experimentada no momento surreal da arte pintada de Dalí.

Após um período de guerras e evolução tecnológica, o final do século XIX e o início do século são marcados por uma cientificidade que torna o homem mais autônomo. Neste período, as relações socioeconômicas prevalecem, tornando-o mais apegado à vida material, porém mais responsável por suas necessidades cotidianas. É sob a égide desta responsabilidade que se ergue o pilar existencialista defendido pelo filósofo francês Jean-Paul Sartre, em sua dialética sobre o ser humano: “A existência precede e governa a essência.” O fato de primeiramente existir e depois questionar, trás à tona a simplicidade do homem comum outrora sustentada por Sócrates, ao explicar a irrelevância das teses ontológicas pré-socráticas, uma vez que não alteravam o modo de vida dos indivíduos comuns. Da mesma forma, tal simplicidade é encontrada nos quadros expressionista e surrealista deste trabalho, pois independentemente das muitas interpretações que possam sugerir, guardam na ideologia precípua que os permeia, o compromisso apenas em retratar o sentimento do momento, seja qual for o tema escolhido ■

Síndrome do

pânico

Todos apreciamos uma viagem e quando podemos realizar alguma, logo fazemos os planos, escolhemos o destino, marcamos a data que seja especial para aquelas férias memoráveis e compramos as passagens.

A preparação vai dos sonhos até às malas, quando as levamos ao aeroporto e decolamos com destino a dias felizes, inesquecíveis, de alegrias, novidades sem fim e a câmera para registrar tudo.

Existe outro tipo de viagem que nunca sonhamos, quanto mais a imaginamos em nossas vidas. Esta, nos dá a sensação de que o chão nos falta aos pés, o mundo foi virado de cabeça para baixo e, tudo o que éramos até então, deixou de existir.

De repente, a cabeça já não consegue raciocinar e nem compreender como aquilo acontece, sem nada que explique tamanha transformação. A vida transcorria normal, tranquila, nenhuma perda, nada para justificar esse voo cego num céu sempre escuro e encoberto de nuvens pesadas, como nas tempestades.

O corpo torna-se irreconhecível, quando é arrebatado por uma enxurrada de sintomas desesperadores, dando a nítida impressão de que a morte está à espreita, pronta para acontecer. Não mata, mas há a morte psicológica, quando se vão as referências pessoais do alguém que fomos um dia e, depois do primeiro momento de tudo isso, nem sabemos o que sobrou do “eu” fragmentado e como será o futuro.

Daí, o mundo interior torna-se uma incógnita. Por quê? Mereço isso?

A partir das primeiras experiências dos sintomas, a pessoa, apesar de adulta, de tão frágil, se transforma em uma criança indefesa. Torna-se medrosa, sente medo até das sensações do próprio corpo e qualquer fator que lhe prejudique a respiração ou lhe deixe ansiosa, pode ser um estopim para uma nova crise. É como se ela não tivesse mais a certeza de ser alguém completa, como se a sua cabeça se separasse do corpo.

Alguém tão inteligente, forte, racional, que não se deixava abater nas fases difíceis

da vida, se apegou. É isso que a síndrome do pânico faz à sua vítima.

Nada a ver com a depressão, nada a ver com os sentimentos negativos de experiências anteriores de medos reais, nada a ver com nada! Até aquele divisor do antes da síndrome, a pessoa já ouvira falar a respeito desse mal, mas nunca se importou com isso pois se achava fora do “grupo de risco”. Afinal de contas, sempre soube segurar as suas emoções e nunca fraquejou na vida. Tudo o que queria realizar, conseguia a contento, com a mente forte e o medo só existia na memória dos tempos da infância.

Na idade adulta, tornou-se destemida para decidir qualquer situação mas..., num dia qualquer, sem mais nem menos, seu coração dispara, sua boca fica seca, suas mãos formigam, tremem, seu corpo é tomado por uma forte onda de calor e a respiração se torna dolorida, porque o seu peito ficou apertado. Ela puxa o ar e este entra pesado. A sensação de desmaio é forte, mas não desmaia e, ao mesmo tempo que ela quer ficar quieta, sente vontade de sair correndo. Sua cabeça aperta e ela ouve o sangue ser bombeado no seu cérebro. De repente, do calor, o corpo sente um frio estranho, que lhe faz tremer mãos, pernas, boca e ela não consegue falar! E vem o suor que lhe banha o rosto, um desespero horrível, a certeza que está à beira da morte. E depois de tudo isso? Nada acontece. Passa tudo sem ela ter noção do tempo que levou enquanto esteve à mercê de tantas reações desesperadoras no seu organismo. E a mente fria para encarar os desafios? Nada de mente, nada de raciocínio lógico, nada de explicações da sua cabeça feita. Nada... A pessoa ficou inerte, sem ação, sem rumo, sem vontade de lutar, sem nada por dentro. Acabou. E, daí para a frente, tem que buscar as defesas fora de seus domínios, antes tão propagados e assumidos. Nada ficou do antes.

Todavia, apesar do destrambelho geral que o seu corpo e a sua mente passaram, ainda havia a ilusão de que aquilo só aconteceria uma vez e, no caso de acontecer novamente, ela buscaria ajuda nos consultórios médicos.

Se fosse hoje, tudo seria mais fácil, mas

a experiência dela foi há muitos anos atrás, quando nem mesmo os médicos podiam afirmar qual era esse mal que lhe acometia. Todos os exames clínicos comprovavam a sua saúde e o problema estava na sua mente. Estaria louca? Não, ela seguia dona de suas ações, de seus pensamentos coerentes mas, como podia passar por tudo isso sem um rumo? Queria uma doença de fato para fazer o tratamento e ficar curada. Se era na mente e ela não estava louca, então era emocional. Como medir o emocional nos mesmos parâmetros que se mede a tensão arterial, os níveis sanguíneos, a temperatura do corpo? Como medir o grau do medo? Como?

Mas sempre há esperança e esta, nunca pode ser descartada porque é nela que se deve buscar forças para compreender o instante insólito em que a sua vida se transformou. Então, ela começou a percorrer vários consultórios de cardiologistas, neurologistas, clínicos, enfim, tinha que haver uma palavra que definisse aquilo.

Ela dormia e, ao despertar, lembrava da crise anterior e começava tudo de novo! Tinha a sensação de uma sombra atrás de si e tentava livrar-se dela, mas nada!. Sua vida foi se transformando numa ciranda de horror, apesar do sol, da lua, das flores, da natureza exuberante lá fora, ela estava fadada a um futuro de medo e desespero. Se mantinha presa numa cela imaginária, com medo de tudo, principalmente, do medo.

Apesar disso tudo, havia a família, os filhos ainda pequenos, que dependiam dela. E este fator preponderante, foi a âncora que a fez emergir das águas revoltas de sua mente vencida pelo medo.

Ela se sentia uma pessoa pela metade porque, enquanto uma parte sua estava entregue aos ataques do pânico, a outra era da família, da estabilidade do seu porto, porque sendo a mãe, se fraquejasse diante dos tormentos do medo, a família sentiria mais ainda os efeitos maléficos que aquilo causaria nas crianças, no marido e na paz que ela sempre manteve à sua volta. Abrigada nesse espaço de serenidade viu as nuvens pesadas começarem a passar e o céu clareou dentro de si. A sombra começou a se dissipar

enquanto lia tudo sobre aquilo, buscava apoio na terapia e foi se redescobindo, como se a sua capacidade para encarar o inimigo se fortalecesse um pouco, a cada crise que ela conseguia superar. Ela reconhecia as suas vitórias e, embora pequenas, via réstias de luz naquele túnel escuro por onde andava, com a sua metade entregue ao pânico.

Não era mais a mulher-menina que havia se tornado nos primeiros ataques. Encontrou meios dentro de si para enfrentar uma crise de cada vez e isso foi positivo para agarrar as rédeas da sua vida, que se lhe foram usurpadas. Reaprendeu a caminhar sozinha e começou a entrar em contato, intensamente, com a sua emoção. Se o problema estava ali, então teria que abrir as comportas e chorar tudo, sem vergonha e sem medo, num extremo ato de coragem. Não precisava mais se fazer de forte porque tudo o que ela necessitava para vencer as batalhas, estavam dentro de si mesma.

Mudanças interiores eram necessárias para a compreensão de seus defeitos. Teria que ser humilde o suficiente para reconhecer que não era a pessoa perfeita que pensara e assim, usou as chaves que lhe abriram portas para a conexão com o seu mundo interior. Nele, perscrutaria os problemas de infância, juventude, de relacionamentos, ou seja, reconheceria o momento de mudar, ser mais branda, menos exigente, menos perfeccionista, menos dona da verdade. Mesmo sofrendo, foi necessário passar por todos os estágios da síndrome do pânico para crescer e se tornar uma nova mulher, mais consciente da importância de tudo o que aprendeu com a vivência do pânico.

E assim, a sua viagem insólita se tornou a mais inesquecível. Ao mergulhar no seu centro, a princípio, sem as alegrias peculiares às viagens dos sonhos, com o passar do tempo, os ganhos foram para a vida toda. Sem pressa, ela reconhecia a liberdade, soltando os grilhões que lhe acorrentavam às malhas do medo. Começou a respirar com facilidade, caminhar entre multidões, dirigir, cuidar de sua família, enfim, viver! Foi a maior de todas as suas batalhas, mas também, a melhor de todas as suas viagens! ■



uma viagem inesquecível

Brasília, “a Capital da Esperança”, é fruto do idealismo de pró-homens como José Bonifácio, que lhe sugeriu o nome, e da férrea determinação em construí-la, do presidente Juscelino Kubitschek.

Outros insígnias patriotas também muito contribuíram para que hoje, majestática, em excepcional região geoestratégica – o Planalto Central Brasileiro – se encontrasse Brasília, a “Cidade Monumento”, tombada pela ONU, em 1987, como “Patrimônio Cultural da Humanidade”.

É nosso intuito relembra, de forma assaz breve, a saga de militares do Exército, precursores da mudança da capital brasileira, mencionando os seus respeitáveis nomes.

Impende lembrar, inicialmente, que o ilustre historiador Francisco Adolfo de Vargnhagen, Visconde de Porto Seguro, também tenente-coronel do Corpo de Engenheiros de nosso Exército Imperial, cujo nome consta dos *almanaks* da Força, desencadeou, no século passado, vigorosa campanha pela mudança da capital para o Planalto Central, área por ele percorrida, ficando célebre o ofício que enviou, em 1877, da Vila Formosa da Imperatriz (hoje, Formosa-GO), ao ministro da Agricultura, expondo as vantagens da dita mudança.

Entretanto, a primeira medida efetiva visando à interiorização da capital da República, somente se concretizaria por força do texto da Constituição de 1891, em decorrência de uma emenda constitucional de autoria do tenente do Exército, Lauro Müller.

Em maio de 1892, foi criada uma comissão para explorar o Planalto Central, região prevista na citada Carta Magna de 1891, com vistas à localização do futuro Distrito Federal. Tal comissão foi chefiada pelo engenheiro belga, naturalizado brasileiro, diretor do Observatório Astronômico e major- honorário do Exército,

Dr. Luiz Cruls, e procedeu à demarcação , durante nove meses, do que ficou conhecido como “quadrilátero Cruls”.

Em 1893, no governo do marechal Floriano Peixoto – o brasileiro mais entusiasta pela transferência da capital – foi formada nova comissão, sendo Cruls outra vez chamado para chefiá-la, com a incumbência de escolher, na região anteriormente demarcada, a definitiva área do futuro município neutro; os trabalhos, iniciados em 1894, foram interrompidos, por dificuldades financeiras, em 1897, quando do governo de Prudente de Moraes.

Ressalte-se que quase todos os componentes das duas comissões eram militares ou servidores civis do Exército. Assim, o relacionamento com o Dr. Cruls era excelente, máxime porque ele fora 1º Tenente do Exército da Bélgica, era major-honorário de nosso Exército e lente da Escola Superior de Guerra (escola de formação de oficiais do Exército que não deve ser confundida com a atual ESG), tendo, inclusive, recebido, em 1895, a honrificação de Tenente-Coronel-Honorário do Exército Brasileiro. A Comissão Exploradora, de 1892, era basicamente militar, tanto que dezesseis dos seus vinte e dois membros eram oficiais do Exército ou funcionários do Ministério da Guerra, isso sem contar o contingente de apoio e segurança, também da Força. Entre os oficiais que serviram sob as ordens de Cruls, merecem ser citados o major médico Dr. Pedro Gouvêa, o capitão Pedro Cordolino de Almeida e os tenentes Augusto Tasso Fragoso, Hastimphilo de Moura, Antônio Cavalcanti de Albuquerque e Alípio Gama.

Hoje, o augusto nome de Luiz Cruls foi resgatado pelo Exército Brasileiro, que concedeu, em 1999, à 11ª Região Militar, sediada em Brasília, a denominação histórica de “Região Tenente-Coronel Luiz Cruls” e o respectivo estandarte histórico.

Na relembração da memória de Luiz Cruls, merecem ➔

O EXÉRCITO e a mudança da Capital Federal

Manoel Soriano Neto
Cel Inf Ex e Historiador Militar
msorianoneto@hotmail.com

ser transcritas as palavras do saudoso historiador militar general Hans Gerd Haltenburg, contidas em seu precioso arquivo: *“Foi Soldado. Alma de Soldado, soube cumprir missões. Aprendeu a amar a nova Pátria. Aqui casou. Aqui deixou descendentes. Aqui repousa. Morreu pelo Brasil”...*

Após a interrupção dos trabalhos da segunda Comissão Cruls, o assunto da mudança ficou esquecido. Isso se deveu, fundamentalmente, ao saneamento e à modernização do Rio de Janeiro e às concomitantes restaurações das fortalezas daquela cidade e reequipamento da Marinha, ocorridos no princípio do século, além da evolução tecnológica dos meios bélicos (mísseis, principalmente, de 1946 a 1960), o que invalidava, em parte, as estratégias de defesa da capital da República. Diga-se, por ilustração, que a Constituição de 1946 restabeleceu o artigo referente à mudança da Capital para o Planalto Central, eis que havia sido suprimido pela Constituição de 1937.

Somente em 1946, o assunto voltaria à baila, quando o presidente general Eurico Gaspar Dutra constituiu uma comissão de estudos para a localização da nova capital, cuja chefia coube ao general Djalma Poly Coelho. O relatório da comissão ficou pronto em agosto de 1948 (concluiu-se pela manutenção, com algumas modificações, do “quadrilátero Cruls” e foram demarcados cinco sítios, nominados por cores, tendo sido escolhido, posteriormente, o “Sítio Castanho”).

Em 1953, forma-se a Comissão de Localização da Nova Capital, presidida pelo general Aginaldo Caiado de Castro, chefe da Casa Militar do presidente Vargas, que concretizou, integralmente, os objetivos previstos, coroando-os com um minucioso levantamento fotogramétrico dos cinco sítios escolhidos pela Comissão Poly Coelho.

Em 1955, convidado pelo presidente Café Filho, assume a presidência da mencionada comissão, o general José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Ela foi responsável pela exata escolha do local, onde hoje, portentosa, se ergue Brasília. Em 1955, partem de Formosa (GO), em um comboio de seis jeeps, o general José Pessoa, o governador em exercício, Bernardo Sayão, o notável geopolítico marechal Mário Travassos e o capitão Dr. Ernesto Silva (saudoso “Pioneiro do Antes”, ajudante-de-ordens do general José Pessoa). A comitiva passa por Planaltina e chega, após 4 horas de viagem, à parte mais elevada do Sítio Castanho, atrás de onde hoje se encontra o “Memorial JK”, memorável ato histórico de presença que foi protagonizado por quatro insígnias brasileiros, três dos quais eram oficiais do Exército e que caracterizou a escolha e “posse” do precitado Sítio, para a construção de Brasília. Muito importante é dizer-se que, por solicitação do general José Pessoa, o então governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, exarou um decreto declarando de necessidade e utilidade públicas e de conveniência ao interesse social, toda a área onde se sediaria o Distrito Federal. À tarde de 30 de abril de 1955, um sábado, reuniram-se o governador José Ludovico e o general José Pes-

soa para acerto de detalhes do decreto, linhas atrás referido, o qual foi assinado no dia seguinte, 1º de maio, com data de 30 de abril, causando grande surpresa, mas impedindo a especulação imobiliária que adviria, caso esse ato legal fosse do conhecimento da população. José Pessoa, acendrado patriota e idealista, assim antevia o radioso futuro do Planalto Central: *“O altiplano brasileiro sempre exerceu poderoso fascínio sobre os nossos primitivos habitantes, como se deu na era aurífera de São Paulo e Minas e não tenhamos dúvida de que o mesmo acontecerá, num futuro próximo, com aquele Planalto, será com sangue novo que lhe faremos o povoamento e grandeza”.*

Por derradeiro, frise-se que quando se iniciou a construção da Capital Federal, em 1956, as primeiras moradias de Brasília, as dos candangos, foram as barracas verdeoliva do Exército, trazidas em enorme quantidade para o Planalto, por ordem pessoal do ministro da Guerra, general Henrique Lott; outrossim, ele deu prioridade máxima à construção de quartéis, determinando a imediata criação/installação da 6ª Companhia de Guardas, a primeira Organização Militar do Exército no Distrito Federal, porquanto era um ardoroso admirador do obstinado ânimo do presidente Juscelino, como nos ensina o emérito historiador, Dr. Jarbas Silva Marques. Aduza-se que os invulgares nomes de Floriano Peixoto, Tasso Fragoso, Eurico Dutra e José Pessoa são denominações históricas de Organizações Militares do Exército Brasileiro. Mais recentemente, outras denominações foram concedidas, para a 11ª Região Militar, de Brasília (DF), “Região Tenente-Coronel Luiz Cruls”; para a 3ª Brigada de Infantaria Motorizada, de Cristalina (GO), “Brigada Visconde de Porto Seguro” (que era o título nobiliárquico do tenente-coronel e historiador Francisco Adolfo de Vargnhagen) e para o 11º Depósito de Suprimento, de Brasília (DF), “Depósito Marechal Mário Travassos”, Organizações aquarteladas no Planalto Central Brasileiro, cujos Patronos tanto contribuíram para a criação de Brasília.

Eis, em síntese, mesmo que imperfeita e incompleta, o que foi, através de várias épocas, a participação do Exército, pelo benemérito labor de alguns de seus abnegados integrantes, na mudança da capital do País, inaugurada em 21 de abril de 1960 e consolidada pelos primeiros governos da Revolução de 31 de março de 1964. De Vargnhagen, ainda ao tempo do Império, a Lauro Müller e Floriano Peixoto (que efetivou as primeiras medidas para a transferência), passando por Cruls até o general Dutra (que retomou o ideário mudancista, após o “Estado Novo”) e deste a Poly Coelho, Caiado de Castro, José Pessoa, Mário Travassos, Ernesto Silva e Henrique Lott, muito foi feito pelo invicto e glorioso Exército Brasileiro, com vistas à materialização do sonho de interiorizar-se a capital do Brasil.

Eis por que os militares da Força Terrestre Brasileira, desde sempre, ufanam-se em pertencer à “mais lúdima e representativa das instituições nacionais – o verdadeiro índice do povo brasileiro” – no dizer do inesquecível sociólogo Gilberto Freyre ■

Financiamento Imobiliário

POUPEX

Sua casa própria em 1º lugar

As melhores condições para aquisição de imóvel residencial ou comercial, novo ou usado, construção de imóvel residencial e para aquisição de terreno e de material de construção.

Mais informações: 0800 61 3040 • casapropriapoupex.com.br

ESCRITÓRIO REGIONAL DA FHE NO RIO DE JANEIRO - ESCRJ

Palácio Duque de Caxias - Ala Cristiano Ottoni - 3º Andar - Centro - 20221-260
Rio de Janeiro-RJ - Fone (21) 2253.8395 e 2253.0102 - Fax (21) 2253.0860

POUPEX Associação de Poupança e Empréstimo
poupex.com.br

Para Amil,
não existe nada mais emocionante
do que cuidar de você.

Amil RESGATE
SAÚDE

AEROMIL

Amil Resgate Saúde: completo sistema de transporte inter-hospitalar.*

UCP: modernos centros de prevenção e tratamento das patologias posturais.

Total Care: avançada estrutura para clientes que precisam de cuidados especiais.**

*Aditivo opcional. **Confira a cobertura do seu plano no orientador e verifique as especialidades disponíveis nas unidades da sua cidade.



amil.com.br

Amil